

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10 de maio de 2019

| OPERAÇÃO RUBI |

PREFEITOS DE KENNEDY E MARATAÍZES NA MIRA

Amanda Quinta e Tininho sabiam de esquema, diz MPES

EDUARDO DIAS
edias@redgazeta.com.br

A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, são acusados de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina nas cidades que comandam.

O conhecimento dos dois sobre as fraudes foi indicado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES), em investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). São investigados crimes como organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva.

"Havia o recebimento de vantagens indevidas de agentes da cúpula da administração pública. Em Marataízes, segundo o noticiado, o próprio prefeito, pessoalmente (operava o esquema). A prefeita de Presidente Kennedy tinha plena ciência do acontecido e se omitia deliberadamente, o que a transformava em coautora, mas não praticava atos de execução", afirmou o promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti, responsável pelas investigações.

A prefeita Amanda Quinta foi presa em flagrante na noite da última quarta-feira, após a deflagração da Operação Rubi interromper uma reunião do grupo criminoso e encontrar uma mochila com R\$ 33 mil na casa da prefeita. Ela foi levada para o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim. Uma audiência de custódia deve ser realizada hoje, no Tribunal de Justiça, em Vitória.

Já o prefeito de Marataízes chegou a ser preso na manhã de ontem, após uma arma ilegal ser encontrada



A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, ao ser presa em flagrante na Operação Rubi

na casa dele, também durante a Operação Rubi, mas ele pagou fiança e foi solto.

O promotor afirmou que as possíveis fraudes nas duas prefeituras começaram a ser investigadas em 2017. A primeira parte da operação foi concentrada em contratos das prefeituras com a empresa Limpeza Urbana LTDA.

De acordo com valores disponíveis no site de cada prefeitura, os contratos da empresa em Presidente Kennedy somam uma quantia de aproximadamente R\$ 14 milhões - de novembro de 2013 a setembro de 2019.

Marataízes firmou três contratos com a mesma empresa, o primeiro foi em 2013 e o mais recente termina no mês de julho, com valores perto de R\$ 9 milhões. O valor do prejuízo causado pelas fraudes será divulgado após apurações do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Em relação às fraudes em Presidente Kennedy, o promotor aponta o companheiro e chefe de gabinete

da prefeita, José Augusto de Paiva, como responsável por operar o esquema de pagamento de propinas.

O Ministério Público afirma que os empresários Marcelo Marcondes e José Carlos Marcondes, donos da empresa de limpeza pública, saíram do Rio de Janeiro e vinham ao Espírito Santo uma vez por mês para fazer pagamentos de propina a Paiva.

A operação de quarta-feira aconteceu no momento em que os investigadores monitoravam o terceiro en-

contro entre os membros do grupo. Na ocasião, Marcelo Marcondes levou uma mochila com R\$ 33 mil até a casa da prefeita. O primeiro monitoramento foi em novembro do ano passado e o segundo no mês de abril.

Enquanto indicam que a prefeita de Presidente Kennedy não recebia dinheiro diretamente, mas sabia do esquema de fraudes, os investigadores do Gaeco dizem que o próprio prefeito de Marataízes recebia repasses dos donos da empresa de limpeza pública.

EM SÃO PAULO

INGRESSO PARA CIRCO

O prefeito de Marataízes, Robertino Batista, o Tininho, esteve em São Paulo para um mergulho cultural. Assistiu a apresentações de O Fantasma da Ópera e do Cirque du Soleil. As entradas foram pagas por empresários alvos da Operação Rubi, do Ministério Público. Tininho viajou com a

esposa. Os dois empresários levaram suas respectivas companheiras. O passeio foi entre 26 e 28 de abril. O MPES suspeita que Tininho também tenha recebido propina para viabilizar a contratação de serviços de empresa de limpeza pública na cidade.

OPERAÇÃO RUBI

► **Cidades investigadas**
Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré.

► **Motivo**
Fraude em licitações com empresa de limpeza.

► **Crimes investigados**
Organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva.

► **Como era o esquema**
Os dois donos da empresa davam dinheiro para agentes públicos em troca de contratos com as prefeituras, de acordo com o MPES.

► **Nome**
Rubi foi uma adaptação do sobrenome de Jack Ruby, acusado de assassinar Lee Oswald, o homem que matou o presidente John Kennedy, em 1963.

PREÇOS

► **Prisão temporária**
José Augusto Paiva (suposto organizador do grupo criminoso); Marcelo Marcondes (acusado de pagar propina); Cristiano Graça Souto (sócio laranja da empresa de limpeza); Isaias Pacheco do Espírito Santo (contador da empresa).

► **Flagrante**
Amanda Quinta, prefeita de Presidente Kennedy, e Robertino Batista, prefeito de Marataízes. Este último por posse ilegal de arma. Pagou fiança e foi solto.

O OUTRO LADO

A empresa Limpeza Urbana informou que deve se posicionar hoje.

Em nota, a defesa de Amanda Quinta informou que o dinheiro encontrado com um empresário na casa dela nada tem a ver com as investigações e que o flagrante lavado foi "inexistente".

Em vídeo, Tininho afirmou que o dinheiro é declarado em Imposto de Renda e que mantém valores em casa por também ser um pequeno agricultor.

| OPERAÇÃO RUBI |

ALVOS DA OPERAÇÃO RUBI

Cidades estão no topo da arrecadação no Espírito Santo

Presidente Kennedy

Município campeão de arrecadação per capita em 2018:
R\$ 38.371,78 arrecadados por habitante



• Despesa liquidada per capita em 2018: **R\$ 22.328,12**



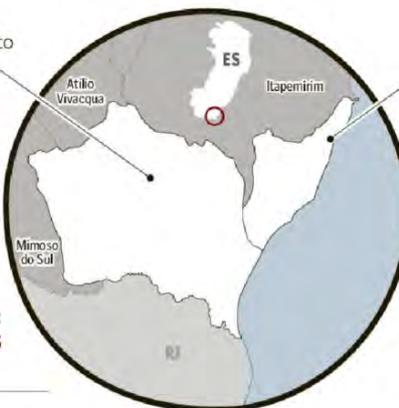
• Arrecadação de royalties em 2017 (último dado disponível): **R\$ 211,9 milhões**



• Participação dos investimentos na despesa liquidada em 2017: **20,2%**



• Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (Ideb 2017): **5.9 nos anos iniciais e 4 nos anos finais**



Marataízes



• Despesa liquidada per capita em 2018: **R\$ 5.069,30**



• Arrecadação de royalties em 2017 (último dado disponível): **R\$ 62,5 milhões**



• Participação dos investimentos na despesa liquidada em 2017: **7,5%**



• Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (Ideb 2017): **5.7 nos anos iniciais e 4.3 nos anos finais**

Sexto município com maior arrecadação per capita em 2018:
R\$ 4.868,68 arrecadados por pessoa

Fontes: Tribunal de Contas do Espírito Santo, QEda e Revista Finanças dos Municípios Capixabas 2018

Infografia | Genêdo Ronchi

Dinheiro do petróleo não se traduz em melhorias

Maiores arrecadadores, Presidente Kennedy e Marataízes pecam nos indicadores sociais

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Entre as quatro cidades apontadas pelo Ministério Público Estadual (MPES) como pontos de atuação de uma quadrilha que lesava os cofres públicos, duas destacam-se por figurarem também entre as mais ricas do Estado. Presidente Kennedy e Marataízes estão na lista dos municípios campeões em arrecadação, inclusive, de royalties de petróleo. Mas, junto com o dinheiro, acumulam também um histórico de escândalos de corrupção.

Com uma arrecadação equivalente a R\$ 38.371,78 por habitante, em 2018 Presidente Kennedy ocupou a primeira posição no ranking de cidades com maior receita per capita do Estado. Um número muito superior, por exemplo, ao da Capital Vitória, que arrecadou R\$ 4,5 mil por pessoa.

A larga vantagem é garantida pelos royalties, já que somente em 2017 (último ano cujos dados estão disponíveis) a cidade sulista arrecadou cerca de R\$ 211 milhões de recursos do petróleo.

Assim como a receita, a despesa per capita de Kennedy é também a maior entre as 78 cidades: foram cerca de R\$ 22 mil por pessoa em 2018. No entanto, esse volume não se traduz



Plataforma de petróleo: atividade de exploração gera recursos para municípios

necessariamente em melhorias para a população. A começar pelo baixo volume de investimentos, que em 2017 representaram apenas 20,2% das despesas da cidade.

A qualidade da educação também não acompanha o montante da arrecadação. Em 2017, o município recebeu nota 5.9 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais, sendo que 40% das escolas municipais foram classificadas com sinal de alerta e em outras 60% foi apontada a necessidade de melhorias. Já nos anos finais, a nota foi de 4 e 67% das escolas estavam em sinal de alerta.

Em Marataízes, que em

R\$ 211,9 MILHÕES

Foi o total de recursos de royalties de petróleo arrecadados por Presidente Kennedy em 2017.

2018 garantiu a sexta maior arrecadação per capita do Estado (R\$ 6,5 mil por pessoa), os índices também não são os melhores. Na educação, a nota do Ideb para anos iniciais foi de 5,7 e 31% das instituições municipais de ensino foram colocadas em situação de alerta. Para os anos finais a nota foi de 4,3, com 38% das escolas em situação de alerta.

Assim como Presidente

Kennedy, Marataízes é uma das cidades que mais se beneficiam dos recursos de royalties, tendo arrecadado cerca de R\$ 62,5 milhões em 2017. Em contrapartida, os investimentos representaram apenas 7,5% de sua despesa total naquele ano.

ESCÂNDALOS

Segundo o auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas estadual (TCES), Rodrigo Lubiana, justamente pelo volume de recursos que acumulam, ambos os municípios estão constantemente no "radar" do órgão fiscalizador, que auxiliou as investigações do MPES na Operação Rubi.

E não era para menos, já que ao longo dos últimos anos tanto Presidente

R\$ 62,5 MILHÕES

Foi o total de recursos de royalties de petróleo arrecadados pelo município de Marataízes no ano de 2017.

Kennedy quanto Marataízes tiveram suas administrações manchadas por denúncias de corrupção.

Em julho de 2013, o ex-prefeito de Marataízes Jander Vidal (PSDB) foi afastado do cargo por suspeita de fraude e direcionamento no contrato para fornecimento de merenda escolar, firmado em 2009 com a empresa Suelly Teixeira Neto ME, no valor de R\$ 75.990,25. Seu vice na época era o atual prefeito Robertino Batista (PDT), detido por posse ilegal de arma na Operação Rubi.

Já a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), presa em flagrante na mesma operação, chegou ao posto em 2013 com as bênçãos de seu tio Reginaldo Quinta que, na época, era prefeito da cidade. Preso em 2012 e suspeito de ter desviado cerca de R\$ 50 milhões dos cofres de Kennedy, Quinta foi impedido de concorrer à reeleição e indicou a sobrinha, que na ocasião era secretária de Cultura do município. Já nas eleições de 2016, os dois se tornaram rivais.

ANÁLISE

UTILIZAÇÃO INDEVIDA

Em tese, os royalties de petróleo deveriam ser utilizados somente para investimentos, visando a melhoria da infraestrutura local, com obras, equipamentos, entre outros. Entretanto, algumas flexibilizações na legislação têm aumentado a dependência dos municípios em relação ao uso desses recursos, permitindo o uso para o pagamento de despesas com custeio. Grande parte desse dinheiro não é usada em investimentos e acaba ficando no caixa dos municípios. Isso ocorre pela falta de projetos, mas principalmente por conta do aumento do custeio que ocorre após a maturação do investimento. Esses entraves legislativos criam aberrações. Mas, por outro lado, se os recursos não forem amarrados, eles são gastos de maneira indevida. A fiscalização da aplicação desses recursos é muito precária, quase inexistente, o que favorece seu uso indevido.

JULIANO CESAR GOMES
ECONOMISTA

OPERAÇÃO RUBI

Prefeito é preso, paga fiança e deixa a cadeia

Tininho, de Marataízes, foi flagrado com arma sem registro em sua casa. Já Amanda, de Kennedy, teria recebido propina de R\$ 33 mil

Alessandro de Paula
Tiago Alencar

Preso na manhã de ontem, durante mais um desdobramento da Operação Rubi, do Ministério Público Estadual (MP-ES), o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, pagou fiança – o valor não foi informado – e deixou a delegacia poucas horas depois da prisão.

Tininho havia sido preso porque durante o cumprimento de um mandado de busca em apreensão em sua casa, conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), foi encontrada uma arma de fogo sem registro legal.

A prisão de Tininho aconteceu na mesma operação em que a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel (PSDB), foi presa, na última quarta-feira. Eles são investigados por suspeita de envolvimento num esquema que estaria beneficiando uma empresa de limpeza e conservação do Rio de Janeiro.

A prefeita, presa em Cachoeiro, segue hoje para audiência de custódia em Vitória, onde a Justiça decidirá se mantém a prisão.

As cidades de Jaguaré e Piúma também estão na mira da Operação Rubi. As investigações, no en-



TININHO gravou vídeo para se explicar e Amanda Quinta (destaque) pode deixar a cadeia após audiência de custódia

tanto, estão em fase inicial.

Segundo o Gaeco, tanto a Prefeitura de Marataízes quanto a de Presidente Kennedy estariam direcionando contratos e licitações à empresa citada, em troca de propina. Amanda, inclusive, foi presa durante uma reunião com um empresário, e teria recebido R\$ 33 mil, o que a sua defesa nega.

Além da prisão, a prefeita deve ficar afastada do cargo por dois meses, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES). Vítor Anhoque Cavalcanti, promotor de Justiça do Gaeco, explicou a prisão dos dois prefe-

tos. "As duas prisões foram circunstanciais. Apesar de serem alvos de investigação, não havia mandado de prisão provisória contra eles. Porém, foram flagrados em situações suspeitas", disse.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, gravado assim que foi solto, o prefeito falou sobre a prisão. "Eles acharam uma arma que estava sem registro, mas que é legal".

O Gaeco também encontrou R\$ 11 mil com o prefeito, quantia considerada suspeita. Ele justificou, no vídeo, dizendo que, por ser agricultor, sempre movimentava pequenas quantias em espécie.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO E THIAGO COUTINHO - 10/05/2019

Empresário teria pago entradas para Cirque du Soleil

Na lista de suposta troca de vantagens entre o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, e a empresa acusada de oferecer propina pelo protagonismo nas licitações do município, estão programas culturais considerados de luxo, segundo as informações apuradas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

O prefeito e sua mulher, por exemplo, foram a São Paulo em abril deste ano para assistirem a dois espetáculos: o musical O Fantasma da Ópera, além de apresentações do Cirque du Soleil, que está em turnê pelo País.

Ainda segundo o Gaeco, as entradas foram custeadas pela empresa que mantém contratos de serviços de limpeza urbana com o município.

De acordo com o promotor Vítor Anhoque Cavalcanti, o prefeito é suspeito de praticar os mesmos crimes que a Operação Rubi desvendou em Presidente Kennedy, e que são relacionados à mesma empresa, cujos proprietários foram presos na última quarta-feira.

Por meio de nota, o prefeito informou que não tem qualquer relação com os fatos investigados pelo Ministério Público.

ENTENDA O CASO

A operação

> O NOME RÚBI faz referência a outra operação que ocorreu em Presidente Kennedy, em 2012, a Lee Oswald. Ela culminou na prisão do então prefeito Reginaldo Quinta, tio da atual prefeita Amanda Quinta. Jack Ruby (Rubi) e Lee Oswald são personagens da cultura americana. Ruby foi o autor do assassinato de Lee, acusado de matar o ex-presidente dos EUA, John Kennedy, em 1963.

> AMANDA é acusada de traír o tio,

"matá-lo politicamente", para ficar no poder em seu lugar.

Os presos na Rubi

> AMANDA QUINTA (prefeita de Kennedy), José Augusto Paiva (marido da prefeita), Marcelo Marcondes e José Carlos Marcondes (empresários), Cristiano Souto (motorista) e Isaías do Espírito Santo (contador). Robertino Batista (prefeito de Marataízes) foi preso e solto em seguida.

Fonte: promotor do Gaeco, Vítor Cavalcanti.

Compra de apoio na Câmara

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) informou, durante entrevista coletiva realizada na manhã de ontem, que José Augusto Paiva, marido da prefeita Amanda Quinta Rangel (PSDB), exerceu influência e tentou comprar apoio na Câmara Municipal da cidade, ao oferecer R\$ 4 milhões a um parlamentar da Casa.

Hoje, a Câmara conta com cinco vereadores contrários à atual administração da cidade, sendo que os outros quatro parlamentares apoiam a gestão de Amanda.

A proposta era fazer com que um vereador opositor trocasse de lado, visando à eleição da Mesa Diretora da Casa.

Segundo o promotor de Justiça do Gaeco, Vítor Anhoque Cavalcanti, José Augusto, conforme denúncias, é que toma as principais decisões pela municipalidade.



CAVALCANTI explicou esquema

"O comentário que se tem na cidade é o de que ele (José Augusto) é quem comanda o mandato da prefeita na cidade", disse o promotor.

Advogado de Amanda nega crime e flagrante

Na avaliação da defesa da prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta Rangel, não houve crime e nem flagrante que justificasse a sua prisão. De acordo com o advogado Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro, a prefeita e o empresário, no momento da abordagem, nem sequer estavam no mesmo local.

"Na oportunidade, o empresário, cuja atividade emprega centenas de funcionários, esclareceu que os recursos não têm qualquer relação com a investigação".

Uma pessoa ouvida, na condição de anônimo, disse que a prefeita, como de costume, trabalhava em casa. "Ela ficou surpresa com os agentes. Não sabia dessa mochila com os R\$ 33 mil".

Vice assume com R\$ 1,3 bi no caixa da prefeitura

Muito emocionado, o vice-prefeito Dorlei Fontão da Cruz assumiu, na tarde de ontem, o comando da prefeitura, que tem em caixa cerca de R\$ 1,3 bilhão, resultado do acúmulo dos royalties do petróleo.

Não houve cerimônia, uma vez que a Lei Orgânica do município prevê que o vice tome posse automaticamente no caso de impedimento da titular. Dorlei reuniu o secretariado e informou que não pretende fazer alterações.

A expectativa de Dorley é que até segunda possa apresentar os nomes dos três secretários, cujas pastas estão vagas após a prisão de um deles e o afastamento de outros dois durante a Operação Rubi.

Dorley informou que vai se inteirar das ações em curso para garantir que nenhum serviço pare e a



DORLEY: balanço até o final do dia

população não sofra prejuízo. O prefeito interino informou ainda que pretende ter um balanço mais completo da situação do município até o final do dia de hoje.

MPES faz operação nas prefeituras de Marataízes, Presidente Kennedy e Piúma

WANDERSON AMORIM
REGIONAL

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou na tarde de ontem a operação "Rubi", em Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma.

A ação, segundo o MPES, tem como objetivo combater possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem in-



• DIVULGAÇÃO/MPES

devida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

"A operação consiste, inicialmente, no cumprimento de cinco mandados de prisão temporária, cinco mandados

de afastamento funcional de agentes públicos e 11 mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos", disse o órgão ministerial, por meio de nota.

Também foram cumpridos 25 mandados de busca

e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo nove em Presidente Kennedy, cinco em Marataízes, dois em Jaguaré, um em Piúma, um em Cachoeiro de Itapemirim, um em Linhares, um em Jerônimo Monteiro, dois na Grande Vitória e dois no Estado do Rio de Janeiro, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Residência de investigados e dependências de órgãos públicos e de empresas suspeitas de integrar o esquema foram os alvos das ações.

• INVESTIGAÇÕES

As investigações colheram fortes indícios do en-

volvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo como contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do Ministério Público (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenaram os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e por policiais militares. A partir de agora vão analisar documentos, computadores, dados

e depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas. Os nomes dos detidos não foram divulgados.

Até o fechamento desta edição as prefeituras alvos da operação não se manifestaram sobre o caso.

• CRIMES

Os crimes investigados estão previstos no Dec-Lei nº 201/67, na lei nº 12.850/13 (organização criminosa), lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei n. 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa, passiva e falsidade documental.

MPES desarticula organização criminosa constituída para lesar cofres públicos

Um dos 25 mandados de busca e apreensão foi cumprido pelos agentes em Linhares

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES e da Polícia Militar, deflagrou na quarta-feira (8) a Operação Rubi.

O objetivo foi desarticular e colher provas relativas à atuação

de uma organização criminosa constituída para lesar os cofres públicos dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por possível direcionamento licitatório em favor de pessoas jurídicas contratadas, pagamento de vantagem indevida a agentes públicos e superfaturamento de contratos administrativos de prestação de serviço público.

A operação consistiu, inicialmente, no

cumprimento de cinco mandados de prisão temporária, cinco mandados de afastamento funcional de agentes públicos e 11 mandados de proibição de acesso às dependências de órgãos públicos. Também estão sendo cumpridos 25 mandados de busca e apreensão pelos agentes do Gaeco, sendo nove em Presidente Kennedy, cinco em Marataízes, dois em Jaguaré, um em Piúma, um em Cachoeiro de Itapemirim, um em

Linhares, um em Jerônimo Monteiro, dois na Grande Vitória e dois no Estado do Rio de Janeiro, emitidos pelo juízo da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Residência de investigados e dependências de órgãos públicos e de empresas suspeitas de integrar o esquema são os alvos das ações.

As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais

no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo como contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos e possível enriquecimento indevido dos envolvidos.

Ao todo, cinco membros do Ministério Público (um procurador de Justiça e quatro promotores de Justiça) coordenam os trabalhos, auxiliados por 22 agentes do Gaeco e por policiais

militares. A partir da agora vão analisar documentos, computadores, dados e depoimentos de investigados e testemunhas que serão colhidos nas próximas semanas.

Os crimes investigados estão previstos no Dec-Lei nº 201/67, na lei nº 12.850/13 (organização criminosa), lei nº 8.666/93 (fraude em licitações), Lei n. 9.613/98 (lavagem de dinheiro), além de corrupção ativa, passiva e falsidade documental.

DIVULGAÇÃO/MPES



As investigações colheram fortes indícios do envolvimento de agentes políticos e servidores municipais no recebimento de propina de empresários

Empresas pagavam 'salário' de R\$ 30 mil e viagens a prefeitos

Fraude no Sul do estado. Prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta, continua presa em Cachoeiro. Já o prefeito de Marataízes foi liberado

Pagamento de "salário" de R\$ 30 mil, viagens a outros estados e até entradas para shows estão entre os benefícios "concedidos" a prefeitos da região Sul do estado, alvo de investigação do MPES (Ministério Público do Espírito Santo). A operação Rubi, deflagrada na quarta-feira pelo Gaeco (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), resultou na prisão da prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB). Ontem, o prefeito de Marataízes, Tininho Batista (PDT), também foi detido, mas liberado à tarde.

A investigação aponta que os dois administradores municipais teriam favorecido uma empresa de limpeza pública durante processo licitatório e superfaturado o contrato. O MP investiga



Na casa de Tininho Batista foi encontrado R\$ 16 mil em dinheiro. MPES/INVESTIGAÇÃO

ainda o mesmo esquema de corrupção nos municípios de Piúma e Jaguaré.

O prejuízo gerado pelo esquema de corrupção ainda não foi contabilizado. O Tribunal de Contas levantou que só a empresa de limpeza recebeu R\$ 60 milhões, de 2015 a 2018, de três municípios capixabas. As investigações apontam que há fraude em contratos de transporte coletivo.

Prisões

A primeira a ser presa em flagrante foi a prefeita Amanda Quinta. O Gaeco chegou à casa dela quando acontecia uma reunião com o dono da empresa de limpeza suspeita de ter sido favorecida. No local foi encontrado uma mochila com R\$ 33 mil, valor que, segundo as investigações, seria recebido mensalmente pela prefeita. Aman-

da foi levada para o presídio feminino de Cachoeiro de Itapemirim e deve passar por audiência de custódia hoje. A prefeitura está sob comando do vice-prefeito Dorlei Fontão da Cruz.

Ontem, o prefeito de Marataízes foi detido por ter uma arma sem registro em casa e ter R\$ 16 mil em dinheiro. Segundo a apuração, há indícios de que Batista tenha feito viagem a São Paulo com a mulher para assistir a um famoso espetáculo circense, bancado pela mesma empresa. Ele foi ouvido e liberado mediante fiança.

Ao todo, seis pessoas foram presas, incluindo o companheiro da prefeita, que foi apontado como o real administrador da cidade, segundo o Gaeco.

● METRO COM TV CAPRABA

Entenda

A OPERAÇÃO

A operação Rubi teve as investigações iniciadas há dois anos com o objetivo de desarticular e colher provas de uma atuação criminosa para lesar cofres públicos de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma. As investigações apontam envolvimento de agentes políticos e servidores no recebimento de propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo. Os suspeitos estão sendo investigados por organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, além de corrupção ativa, passiva e falsidade documental.

PREÇOS

Tiveram a prisão temporária decretada: José Augusto Rodrigues de Paiva (companheiro da prefeita), Marcelo Marcondes Soares (empresário), Cristiano Graça Souto (motorista e sócio formal na empresa), Isaías Pacheco do Espírito Santo (contador da empresa), Amanda Quinta (prefeita de Presidente Kennedy) foi presa em flagrante. O prefeito de Marataízes, Tininho Batista, chegou a ser detido por porte de arma sem registro, mas pagou fiança e foi liberado.

RESPOSTA DAS PREFEITURAS

A prefeitura de Presidente Kennedy não se manifestou sobre a prisão de Amanda Quinta, apenas informou que o vice-prefeito assume o cargo nos próximos 60 dias. Já a prefeitura de Piúma informou que cumpre o mandato de entregar documentos referentes a empresa que presta serviço de limpeza. A prefeitura de Jaguaré foi procurada, mas não deu retorno.



Amanda Quinta foi presa durante a Operação Rubi

SUL DO ESTADO

Prefeitos presos por suposto esquema

A prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (PSDB), e o prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, são acusados de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos e pagamento de propina nas cidades que comandam.

"Havia o recebimento de vantagens indevidas de agentes da cúpula da administração pública. Em Marataízes, segundo o noticiado, o próprio prefeito, pessoalmente (operava o esquema). A prefeita de Presidente Kennedy tinha plena ciência do acontecido e se omitia deliberada-

mente, o que a transformava em coautora, mas não praticava atos de execução", afirmou o promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti, responsável pelas investigações.

A prefeita Amanda Quinta foi presa em flagrante na noite da última quarta-feira, após a deflagração da Operação Rubi interromper uma reunião do grupo criminoso e encontrar uma mochila com R\$33 mil na casa da prefeita. Uma audiência de custódia deve ser realizada hoje. Já Tininho chegou a ser preso ontem de manhã, porém pagou a fiança estipulada e foi solto ontem mesmo.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

No rastro do Ouro Negro

A revelação de um esquema de corrupção envolvendo pagamento de propina a agentes públicos e superfaturamento em contratos de limpeza e transporte de municípios do interior capixaba acende um alerta aos órgãos de controle.

Segundo o subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Josemar Moreira, os alvos das fraudes eram escolhidos a dedo: municípios "ricos" na arrecadação de recursos do petróleo. Marataízes e Presidente Kennedy, que tiveram seus prefeitos presos pela operação Rubi do MP-ES, estão entre os municípios que mais recebem royalties e Participação Especial da exploração de petróleo.

Só com a unificação do Parque das Baleias, por exemplo, somando os retroativos e o que será pago em 42 parcelas, Kennedy vai receber R\$ 115,94 milhões e Marataízes, R\$ 148 milhões – recurso esse que pode ser usado em custeio e, por que não, bancar contratos como os que foram alvos da operação.

* * *

E tem mais

Além da Participação Especial, os municípios também recebem uma outra verba da exploração do petróleo: os royalties.

No ano passado, Presidente Kennedy recebeu R\$ 162,8 milhões e Marataízes, R\$ 61,2 milhões. De Participação Especial os dois receberam juntos R\$ 161,5 milhões em 2018.

Pra que serve a LRF?

O Ministério Público de Contas pediu a anulação de decisões do Tribunal de Contas em prestações de contas de prefeitos que descumpriram o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por deixarem as prefeituras com as contas no vermelho. O TCE-ES recomendou a aprovação com ressalva das contas de 2012 dos prefeitos de Linhares e Vila Pavão.

* * *



Apoio às panelleiras

A Câmara de Vitória aprovou projeto da vereadora Neuzinha de Oliveira que inclui as panelleiras de Goiabeiras no rol das artesãs. Se o projeto for sancionado, as panelleiras passam a ter acesso aos direitos previstos na Lei Federal 13.180, como qualificação, linha de crédito, apoio comercial e outros.

Câmara para judicialização na saúde

O deputado Emilio Mameri indicou ao governo que se crie uma "câmara de mediação" na Secretaria de Estado da Saúde com o objetivo de evitar a judicialização desnecessária de demandas da saúde.

"Muitas das demandas que são levadas à judicialização podem ser evitadas se o Estado intervir. Não é intervir no trabalho da Justiça, mas evitar que se onere os cofres públicos".

* * *

"A direita tem alergia à educação", diz Haddad

O ex-candidato à Presidência Fernando Haddad (PT) esteve ontem no Estado e teceu duras críticas ao governo federal, principalmente com relação à reforma da Previdência e ao bloqueio de 30% nos investimentos da Educação. "A direita tem alergia à educação. A extrema-direita não combina com ensino superior, tem dificuldade de formar pessoas autônomas". Disse que o partido está estudando ações para dar uma resposta ao corte e desconversou quando questionado sobre uma futura candidatura à Presidência. "Ainda estamos em 2019".

GALERIA

IN LOCO

O deputado Danilo Bahiense pediu ao governo do Estado que a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Vila Velha funcione no município canela-verde – hoje ela está em Vitória, Serra, Cariacica e Vitória têm essas delegacias funcionando nos seus próprios municípios.

EDUCAÇÃO PARA TODOS?

A Comissão de Educação da Assembleia aprovou requerimento do deputado Sérgio Majeski de convidar

os secretários de Estado da Educação e de Direitos Humanos para falar sobre pesquisa do Instituto Jones, que revelou que quase metade dos socioeducandos do lases não está estudando, mesmo que 72,5% tenham apontado a importância dos estudos para vencer na vida.

VAI ENTENDER

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, incentiva alunos a filmarem professores, mas não permite celular em suas reuniões.

Operação Rubi: Prefeitos de Kennedy e Marataízes envolvidos em esquema (MPES)

A prefeita de Presidente Kennedy , Amanda Quinta (PSDB), e o prefeito de Marataízes , Robertino Batista (PDT) - conhecido como Tininho -, são acusados de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos nas cidades que comandam, no Sul do Espírito Santo.

O conhecimento dos dois sobre as fraudes foi indicado pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), em investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). São investigados crimes como organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva.

Havia o recebimento de vantagens indevidas de agentes da cúpula da administração pública. Em Marataízes, segundo o noticiado, o próprio prefeito, pessoalmente (operava o esquema). A prefeita de Presidente Kennedy tinha plena ciência do acontecido e se omitia deliberadamente, o que a transformava em coautora, mas não praticava atos de execução , explicou promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti, responsável pelas investigações.

A prefeita Amanda Quinta foi presa em flagrante na noite de quarta-feira (8), após uma operação do **Ministério Público** Estadual interromper uma reunião do grupo criminoso e encontrar uma mochila com R\$ 33 mil na casa da prefeita . A audiência de custódia de Amanda Quinta será realizada na sexta-feira, às 10h, no Tribunal de Justiça (**TJES**), em Vitória.

O prefeito de Marataízes, Robertino Batista, chegou a ser preso na manhã desta quinta-feira (09), após uma arma ilegal ser encontrada na casa dele, mas o político pagou fiança e foi solto.

INVESTIGAÇÃO

O promotor Vitor Anhoque Cavalcanti, membro do Gaeco, afirmou que as possíveis fraudes nas duas prefeituras começaram a ser investigadas em 2017. A primeira parte da operação foi concentrada em contratos das prefeituras com a empresa Limpeza Urbana LTDA.

De acordo com valores disponíveis no site de cada prefeitura, os contratos da empresa em Presidente Kennedy somam uma quantia de aproximadamente

R\$ 14 milhões - de novembro de 2013 a setembro de 2019.

> Não houve crime , alega defesa da prefeita de Kennedy, Amanda Quinta

A cidade de Marataízes já firmou três contratos com a mesma empresa, o primeiro foi em 2013 e o mais recente termina no mês de julho, com valores perto de R\$ 9 milhões . O valor do prejuízo causado pelas fraudes será divulgado após apurações do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

COMPANHEIRO DA PREFEITA OPERAVA ESQUEMA

Em relação às fraudes em Presidente Kennedy, o promotor aponta o companheiro e chefe de gabinete da prefeita, José Augusto de Paiva, como responsável por operar o esquema de pagamento de propinas. O promotor também afirmou que a prefeita sabia das irregularidades.

O **Ministério Público** afirma que os empresários Marcelo Marcondes e José Carlos Marcondes, donos da empresa de limpeza pública, saíam do Rio de Janeiro e vinham ao Espírito Santo uma vez por mês para fazer pagamentos de propina a José Augusto de Paiva.

A operação de quarta-feira aconteceu no momento em que os investigadores monitoravam o terceiro encontro entre os membros do grupo. Na ocasião, Marcelo Marcondes levou uma mochila com R\$ 33 mil até a casa da prefeita. O primeiro monitoramento foi em novembro do ano passado e o segundo no mês de abril.

Nas três vezes nós comprovamos a mesma dinâmica de chegada do empresário do Rio de Janeiro, ele fazia esse pagamento pessoalmente. Ele se dirigia ao banco e imediatamente se dirigia à casa da prefeita , contou o promotor de justiça.

PREFEITO RECEBIA DINHEIRO EM MARATAÍZES

Enquanto indicam que a prefeita de Presidente Kennedy não recebia dinheiro diretamente, mas sabia do esquema de fraudes, os investigadores do Gaeco dizem que o próprio prefeito de Marataízes recebia

dinheiro dos donos da empresa de limpeza pública.

O promotor Vitor Anhoque Cavalcanti afirmou que o Gaeco solicitou o afastamento do chefe do poder executivo da cidade, mas o pedido foi negado pela Justiça. No entanto, mandado de busca e apreensão foi cumprido na casa do prefeito, em busca de mais provas que comprovem a participação dele no esquema. No local foram encontrados R\$ 11 mil em dinheiro.

SETE PESSOAS PRESAS

Os investigadores afirmam que foram cumpridos cinco mandados de prisão temporária durante a operação e outras duas pessoas que já eram investigadas foram presas em flagrante. Os mandados de prisão, com duração de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco, foram para as seguintes pessoas:

1 José Augusto Paiva (companheiro da e suposto organizador do grupo criminoso)

2 Marcelo Marcondes (dono de empresa de limpeza, acusado de pagar propina)

3 José Carlos Marcondes (dono de empresa de limpeza, acusado de pagar propina)

4 Cristiano Graça Souto (motorista dos empresários e apontado como sócio laranja da empresa de limpeza)

5 Isaías Pacheco do Espírito Santo (contador da empresa de limpeza).

A prefeita Amanda Quinta e o secretário de Ação Social da cidade, Leandro Costa Rainha, foram presos em flagrante porque estavam participando da reunião em que o dinheiro suspeito foi encontrado e eram investigados por possível participação no esquema.

A reportagem ligou para a empresa Limpeza Urbana para pedir um posicionamento sobre as acusações feitas pelo **Ministério Público**. Uma funcionária informou que não tinha autorização para se pronunciar sobre o assunto e afirmou que a empresa deve se posicionar nesta sexta-feira (10).

OPERAÇÃO RUBI

Cidades investigadas: Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré

Início da investigação: Final de 2017

Motivo: Fraude em licitações com empresa de limpeza pública

Crimes investigados: organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva

Valores dos contratos: Aproximadamente R\$ 14 milhões em Presidente Kennedy e cerca de R\$ 9 milhões em Marataízes

Como era o esquema: Dois empresários dono da empresa davam dinheiro para agentes públicos em troca de contratos com as prefeituras

Ex-funcionários ajudaram: A ex-funcionários da empresa de limpeza explicaram para os investigadores como a quadrilha operava

Em presidente Presidente Kennedy: dinheiro era recebido pelo companheiro e chefe de gabinete da prefeita Amanda Quinta, José Augusto Paiva. Reuniões aconteciam na casa da prefeita. Trinta policiais participaram de monitoramento da última reunião.

Em Marataízes: Investigadores afirmam que dinheiro eram entregue ao prefeito Robertino Batista (PDT)

Situação de Piúma e Jaguaré: Investigações estão no início e detalhes não foram revelados

Empresa de transporte público: A operação também investiga irregularidades em empresa de transporte público em Presidente Kennedy, mas os possíveis problemas não foram divulgados

Origem do nome: Rubi foi uma adaptação do sobrenome de Jack Ruby, acusado de assassinar o homem que matou o presidente John Kennedy, em 1963. Em 2012, uma operação que também prendeu um prefeito de Presidente Kennedy foi batida de Lee Oswald, responsável por matar o presidente norte-americano John Kennedy.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/operacao-rubi-prefeitos-de-kennedy-e-marataizes-envolvidos-em-esquema-1014180135.html>

Operação Rubi: Prefeitos de Kennedy e Marataízes envolvidos em esquema

A prefeita de Presidente Kennedy , Amanda Quinta (PSDB), e o prefeito de Marataízes , Robertino Batista (PDT) - conhecido como Tininho -, são acusados de envolvimento em esquemas de superfaturamento de contratos nas cidades que comandam, no Sul do Espírito Santo.

O conhecimento dos dois sobre as fraudes foi indicado pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), em investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). São investigados crimes como organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva.

Havia o recebimento de vantagens indevidas de agentes da cúpula da administração pública. Em Marataízes, segundo o noticiado, o próprio prefeito, pessoalmente (operava o esquema). A prefeita de Presidente Kennedy tinha plena ciência do acontecido e se omitia deliberadamente, o que a transformava em coautora, mas não praticava atos de execução , explicou promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti, responsável pelas investigações.

A prefeita Amanda Quinta foi presa em flagrante na noite de quarta-feira (8), após uma operação do **Ministério Público** Estadual interromper uma reunião do grupo criminoso e encontrar uma mochila com R\$ 33 mil na casa da prefeita . A audiência de custódia de Amanda Quinta será realizada na sexta-feira, às 10h, no Tribunal de Justiça (**TJES**), em Vitória.

O prefeito de Marataízes, Robertino Batista, chegou a ser preso na manhã desta quinta-feira (09), após uma arma ilegal ser encontrada na casa dele, mas o político pagou fiança e foi solto.

INVESTIGAÇÃO

O promotor Vitor Anhoque Cavalcanti, membro do Gaeco, afirmou que as possíveis fraudes nas duas prefeituras começaram a ser investigadas em 2017. A primeira parte da operação foi concentrada em contratos das prefeituras com a empresa Limpeza Urbana LTDA.

De acordo com valores disponíveis no site de cada prefeitura, os contratos da empresa em Presidente Kennedy somam uma quantia de aproximadamente

R\$ 14 milhões - de novembro de 2013 a setembro de 2019.

> Não houve crime , alega defesa da prefeita de Kennedy, Amanda Quinta

A cidade de Marataízes já firmou três contratos com a mesma empresa, o primeiro foi em 2013 e o mais recente termina no mês de julho, com valores perto de R\$ 9 milhões . O valor do prejuízo causado pelas fraudes será divulgado após apurações do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

COMPANHEIRO DA PREFEITA OPERAVA ESQUEMA

Em relação às fraudes em Presidente Kennedy, o promotor aponta o companheiro e chefe de gabinete da prefeita, José Augusto de Paiva, como responsável por operar o esquema de pagamento de propinas. O promotor também afirmou que a prefeita sabia das irregularidades.

O **Ministério Público** afirma que os empresários Marcelo Marcondes e José Carlos Marcondes, donos da empresa de limpeza pública, saíam do Rio de Janeiro e vinham ao Espírito Santo uma vez por mês para fazer pagamentos de propina a José Augusto de Paiva.

A operação de quarta-feira aconteceu no momento em que os investigadores monitoravam o terceiro encontro entre os membros do grupo. Na ocasião, Marcelo Marcondes levou uma mochila com R\$ 33 mil até a casa da prefeita. O primeiro monitoramento foi em novembro do ano passado e o segundo no mês de abril.

Nas três vezes nós comprovamos a mesma dinâmica de chegada do empresário do Rio de Janeiro, ele fazia esse pagamento pessoalmente. Ele se dirigia ao banco e imediatamente se dirigia à casa da prefeita , contou o promotor de justiça.

PREFEITO RECEBIA DINHEIRO EM MARATAÍZES

Enquanto indicam que a prefeita de Presidente Kennedy não recebia dinheiro diretamente, mas sabia do esquema de fraudes, os investigadores do Gaeco dizem que o próprio prefeito de Marataízes recebia

dinheiro dos donos da empresa de limpeza pública.

O promotor Vitor Anhoque Cavalcanti afirmou que o Gaeco solicitou o afastamento do chefe do poder executivo da cidade, mas o pedido foi negado pela Justiça. No entanto, mandado de busca e apreensão foi cumprido na casa do prefeito, em busca de mais provas que comprovem a participação dele no esquema. No local foram encontrados R\$ 11 mil em dinheiro.

SETE PESSOAS PRESAS

Os investigadores afirmam que foram cumpridos cinco mandados de prisão temporária durante a operação e outras duas pessoas que já eram investigadas foram presas em flagrante. Os mandados de prisão, com duração de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco, foram para as seguintes pessoas:

1 José Augusto Paiva (companheiro da e suposto organizador do grupo criminoso)

2 Marcelo Marcondes (dono de empresa de limpeza, acusado de pagar propina)

3 José Carlos Marcondes (dono de empresa de limpeza, acusado de pagar propina)

4 Cristiano Graça Souto (motorista dos empresários e apontado como sócio laranja da empresa de limpeza)

5 Isaías Pacheco do Espírito Santo (contador da empresa de limpeza).

A prefeita Amanda Quinta e o secretário de Ação Social da cidade, Leandro Costa Rainha, foram presos em flagrante porque estavam participando da reunião em que o dinheiro suspeito foi encontrado e eram investigados por possível participação no esquema.

A reportagem ligou para a empresa Limpeza Urbana para pedir um posicionamento sobre as acusações feitas pelo **Ministério Público**. Uma funcionária informou que não tinha autorização para se pronunciar sobre o assunto e afirmou que a empresa deve se posicionar nesta sexta-feira (10).

OPERAÇÃO RUBI

Cidades investigadas: Presidente Kennedy, Marataízes, Piúma e Jaguaré

Início da investigação: Final de 2017

Motivo: Fraude em licitações com empresa de limpeza pública

Crimes investigados: organização criminosa, fraude em licitações, lavagem de dinheiro, falsidade documental e corrupção ativa e passiva

Valores dos contratos: Aproximadamente R\$ 14 milhões em Presidente Kennedy e cerca de R\$ 9 milhões em Marataízes

Como era o esquema: Dois empresários dono da empresa davam dinheiro para agentes públicos em troca de contratos com as prefeituras

Ex-funcionários ajudaram: A ex-funcionários da empresa de limpeza explicaram para os investigadores como a quadrilha operava

Em presidente Presidente Kennedy: dinheiro era recebido pelo companheiro e chefe de gabinete da prefeita Amanda Quinta, José Augusto Paiva. Reuniões aconteciam na casa da prefeita. Trinta policiais participaram de monitoramento da última reunião.

Em Marataízes: Investigadores afirmam que dinheiro eram entregue ao prefeito Robertino Batista (PDT)

Situação de Piúma e Jaguaré: Investigações estão no início e detalhes não foram revelados

Empresa de transporte público: A operação também investiga irregularidades em empresa de transporte público em Presidente Kennedy, mas os possíveis problemas não foram divulgados

Origem do nome: Rubi foi uma adaptação do sobrenome de Jack Ruby, acusado de assassinar o homem que matou o presidente John Kennedy, em 1963. Em 2012, uma operação que também prendeu um prefeito de Presidente Kennedy foi batida de Lee Oswald, responsável por matar o presidente norte-americano John Kennedy.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/operacao-rubi-prefeitos-de-kennedy-e-marataizes-envolvidos-em-esquema-1014180135.html>

Operação Rubi

TAG: PRISÃO DE PREFEITOS, OPERAÇÃO RUBI,
MINISTÉRIO PÚBLICO, GAECO, DINHEIRO DE
PROPINA , CORRUPÇÃO, INVESTIGAÇÕES,
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/10/TVRECORDNEW>

SES-18.01.09-18.07.54-1557491889.mp4

TJES mantém prisão de prefeita de Presidente Kennedy

Por Redação

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** converteu a prisão em flagrante de Amanda Quinta Rangel, prefeita de Presidente Kennedy, em prisão preventiva. A audiência de custódia durou uma hora, das 10h às 11h, e aconteceu na manhã desta sexta-feira (10) na sede do Tribunal, na Enseada do Suá, em Vitória.

Ela foi presa na quarta (8) durante a Operação Rubi. Em sua residência, os policiais encontraram cerca de R\$ 30 mil em dinheiro. O valor seria o pagamento de propina feito por um empresário do ramo da limpeza. O dinheiro, segundo investigações do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), é uma contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos.

O companheiro da prefeita, José Augusto de Paiva, também foi preso. De acordo com o promotor, era ele quem de fato administrava a cidade e também se preparava para disputar a prefeitura nas eleições do ano que vem.

Segundo o subprocurador geral de Justiça Judicial do MPES, Josimar Moreira, as suspeitas de que Amanda recebia propina foram confirmadas. Todas as provas acarreadas aos autos confirmam o recebimento de propina por parte da prefeita, destacou ele.

Segundo MPES, a prefeita de Presidente Kennedy recebia mensalmente visitas de um empresário do ramo de limpeza urbana em sua residência para pagar propina.

O último desses pagamentos aconteceu na quarta (8), quando o empresário Marcelo Marcondes foi preso na residência da prefeita. Antes de ir à casa de Amanda, ele passou no banco e sacou o dinheiro para efetuar o pagamento.

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/politica-espírito-santo/51008/tjes-mantem-prisao-prefeita-presidente-kennedy>

Tribunal mantém prisão de prefeita de Presidente Kennedy

Tribuna Online, com informações de Tiago Alencar

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** manteve a prisão preventiva da prefeita de Presidente Kennedy. A audiência de custódia durou aproximadamente uma hora e aconteceu na manhã desta sexta-feira (10) na sede do Tribunal, na Enseada do Suá, em Vitória. A gestora da cidade localizada no Sul do Estado foi presa na quarta (8) durante a Operação Rubi. Em sua residência, os policiais encontraram cerca de R\$ 30 mil em dinheiro.

O valor seria o pagamento de propina feito por um empresário do ramo da limpeza. O dinheiro, segundo investigações do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), é uma contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos.

Amanda chegou acompanhada por seus advogados à sede do **TJES**, na Enseada do Suá, em Vitória, por volta das 9h30 desta sexta (10). Ela será ouvida pelo desembargador Fernando Zardini e pelo sub-procurador geral de Justiça Judicial do MPES Josimar Moreira.

Segundo MPES, a prefeita de Presidente Kennedy recebia mensalmente visitas de um empresário do ramo de limpeza urbana em sua residência para pagar propina.

O último desses pagamentos aconteceu na quarta (8), quando o empresário Marcelo Marcondes foi preso na residência da prefeita. Antes de ir à casa de Amanda, ele passou no banco e sacou o dinheiro para efetuar o pagamento.

A Operação Rubi foi baseada em informações de ex-funcionários da empresa de limpeza urbana. O promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti acredita

que desde o início do contrato essas transações aconteciam, apesar do **Ministério Público** ter acompanhado duas delas.

As investigações de que empresários efetuavam pagamentos de propina à prefeita da cidade tiveram início em 2017. Durante a apuração, descobriu-se que o esquema criminoso acontecia desde 2014.

O companheiro da prefeita, José Augusto de Paiva, também foi preso. De acordo com o promotor, era ele quem de fato administrava a cidade e também se preparava para disputar a prefeitura nas eleições do ano que vem.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/tribunal-mantem-prisao-de-prefeita-de-presidente-kennedy>

Prisão de prefeita é assunto do dia em Presidente Kennedy

LEANDRO MANHÃES

TAG: PRISÃO DE PREFEITOS, OPERAÇÃO RUBI,
MINISTÉRIO PÚBLICO, GAECO, DINHEIRO DE
PROPINA , CORRUPÇÃO, INVESTIGAÇÕES

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/10/TVGAZETAAGL>

OBOES-06.36.02-06.43.34-1557484914.mp4

Tribunal decide nesta sexta se prefeita continua presa

Tribuna Online, com informações de Tiago Alencar

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** decide nesta sexta-feira (10) se Amanda Quinta Rangel, prefeita de Presidente Kennedy, continuará presa temporariamente. A gestora da cidade localizada no Sul do Estado foi presa na quarta (8) durante a Operação Rubi. Em sua residência, os policiais encontraram cerca de R\$ 30 mil em dinheiro.

O valor seria o pagamento de propina feito por um empresário do ramo da limpeza. O dinheiro, segundo investigações do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), é uma contraprestação a benefícios financeiros em licitações e contratos.

Amanda chegou acompanhada por seus advogados à sede do **TJES**, na Enseada do Suá, em Vitória, por volta das 9h30 desta sexta (10). Ela será ouvida pelo desembargador Fernando Zardini e pelo sub-procurador geral de Justiça Judicial do MPES Josimar Moreira.

Segundo MPES, a prefeita de Presidente Kennedy recebia mensalmente visitas de um empresário do ramo de limpeza urbana em sua residência para pagar propina.

O último desses pagamentos aconteceu na quarta (8), quando o empresário Marcelo Marcondes foi preso na residência da prefeita. Antes de ir à casa de Amanda, ele passou no banco e sacou o dinheiro para efetuar o pagamento.

A Operação Rubi foi baseada em informações de ex-funcionários da empresa de limpeza urbana. O promotor de Justiça Vitor Anhoque Cavalcanti acredita que desde o início do contrato essas transações aconteciam, apesar do **Ministério Público** ter

acompanhado duas delas.

As investigações de que empresários efetuavam pagamentos de propina à prefeita da cidade tiveram início em 2017. Durante a apuração, descobriu-se que o esquema criminoso acontecia desde 2014.

O companheiro da prefeita, José Augusto de Paiva, também foi preso. De acordo com o promotor, era ele quem de fato administrava a cidade e também se preparava para disputar a prefeitura nas eleições do ano que vem.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/tribunal-decide-nesta-sexta-se-prefeita-continua-presa>

TJES decide nesta sexta-feira (10) se prefeita continua presa (Últimas Notícias)

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** decide nesta sexta-feira (10) se Amanda Quinta, prefeita de Presidente Kennedy, continua presa. A chefe do executivo foi presa na noite de quarta-feira (8), durante a Operação Rubi, deflagrada pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES). Na casa de Amanda, os agentes encontraram uma mala com cerca de R\$ 30 mil em espécie.

O valor seria, supostamente, um pagamento de propina realizado por um empresário do ramo de limpeza à Amanda. De acordo com as investigações do **Ministério Público**, trata-se de uma contraprestação a benefícios em licitações e contratos.

A prefeita chegou no **TJES** acompanhada por seus advogados por volta das 9h30 desta sexta-feira (10). Ela será ouvida pelo desembargador Fenando Zardini.

Ainda de acordo com o MPES, Amanda recebia visitas de um empresário do ramo de limpezas uma vez por mês em sua casa para pagamento de propina.

O mais recente desses pagamentos aconteceu na última quarta-feira, quando o empresário Marcelo Marcondes foi preso na residência da prefeita, em flagrante. Antes de ir ao encontro de Amanda, Marcelo foi ao banco para sacar o dinheiro que seria pago à prefeita.

Direto da Redação

Rede SIM

Site: <https://www.simnoticias.com.br/tjes-decide-nesta-sexta-feira-10-se-prefeita-continua-presa/>

Prefeito de Marataízes é preso em operação

LUCAS PISA

JTAG: CORRUPÇÃO PASSIVA, PREFEITO DE
MARATAÍZES, MINISTÉRIO PÚBLICO, PROPINA,
DEFESA, OPERAÇÃO

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/10/TVVITRIARECOR
DES-07.11.27-07.12.56-1557495660.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/10/TVVITRIARECOR
DES-07.11.27-07.12.56-1557495660.mp4)**

Vereadora de Linhares é afastada

Rosinha Guerreira é acusada de ficar com parte dos salários dos próprios servidores

▲ LEONARDO GOLIVER

A vereadora Rosa Ivanía Euzébio dos Santos (PSDC), conhecida como Rosinha Guerreira, foi novamente afastada do cargo que ocupava na Câmara de Linhares. A decisão foi proferida na última quarta-feira pelo desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Na decisão, o relator entendeu que o pedido de suspensão do afastamento da vereadora não poderia sequer ser admitido, porque a defesa da parlamentar não cumpriu uma das determi-

nações legais para interposição deste tipo de recurso. Assim, a decisão que mantinha a vereadora no cargo foi revogada. Rosinha estava de volta ao cargo desde o dia 18 de janeiro.

O magistrado determinou ainda que seja feito o desconto mensal de 30% do salário da vereadora afastada. O valor deve ser depositado em conta judicial, a título de garantia de ressarcimento aos cofres públicos. O salário dos vereadores de Linhares é de R\$ 6.192,00 brutos.

Com o afastamento de Rosinha, a suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC) assumiu a vaga ontem mesmo. Pâmela também ficou no cargo durante o primeiro afastamento da vereadora,



Rosinha Guerreira já foi afastada em outro momento

no período de 12 de março de 2018 até 18 de janeiro de 2019. De volta ao cargo, Pâmela vai receber o salário como vereadora em valor

integral. Ela já deve participar da sessão ordinária da próxima segunda-feira.

A reportagem não conseguiu contato com a defe-

30%

É o desconto no salário da vereadora Rosinha Guerreira, por decisão da Justiça. O valor total do salário de um vereador de Linhares é de R\$ 6,1 mil.

sa de Rosinha.

A vereadora chegou a ser presa preventivamente no dia 26 de fevereiro de 2018, acusada de prática de "rachid", que é quando um político com mandato exige para si parte do pagamento de servidores como condição para a obtenção ou manutenção do trabalho. O mandado de prisão da parlamentar foi cumprido

do durante a operação "Salário Amigo", deflagrada pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES). Rosinha ficou presa por cinco dias e foi solta após decisão da Justiça.

AJUDA

Em depoimento gravado em vídeo na época da prisão, a vereadora Rosinha Guerreira admitiu que praticava rachid e contou aos promotores do Ministério Público que ficava com parte dos salários dos próprios servidores e que o objetivo era ajudar pessoas pobres.

"Tenho muito convívio com todo mundo. Quando vinham me pedir ajuda, eu sabia quem precisava, tirava esse dinheiro e ajudava", admitiu.

Rosinha Guerreira é afastada novamente do cargo de vereadora

A suplente Pâmela Gonçalves Maia foi empossada na função

A vereadora de Linhares Rosa Ivania Euzebio dos Santos, a Rosinha Guerreira, foi afastada novamente do cargo na tarde de ontem (9). A decisão é do desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

O magistrado entendeu que o pedido de suspensão do afastamento da vereadora não poderia sequer ser admitido, porque a defesa da parlamentar não cumpriu uma das determinações legais para interposição deste tipo de recurso. Assim, a decisão que mantinha a vereadora

no cargo foi revogada.

Cumprindo a determinação, a Câmara de Linhares promoveu o afastamento da vereadora Rosinha e deu posse à suplente do cargo, Pâmela Gonçalves Maia. A posse aconteceu na presença de procuradores e do vice-presidente da Casa, vereador Fabricio Lopes.

A Câmara, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que a comissão criada para apurar a denúncia contra a vereadora não será desfeita.

Relembre o caso

Rosinha Guerreira foi afastada da função

em 1º de março do ano passado por suspeita de prática de rachid, que ocorre quando o político exige parte do salário de um servidor público em troca da manutenção do cargo.

Dias antes, a vereadora chegou a ser presa durante a Operação "Salário Amigo", deflagrada pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES). Ela foi solta no dia 2 de março para responder em liberdade. Na época dos fatos, Rosinha confessou o crime, dizendo que usava o dinheiro para comprar remédios e cestas básicas para eleitores.

Em janeiro deste ano, Rosinha reassu-

miu o cargo valendo-se de uma decisão do juiz Jorge Henrique Valle dos Santos. Em um dos trechos da decisão, o magistrado afirmou que "por

tratar-se de medida excepcionalíssima, o afastamento do exercício somente deverá ser aplicado quando verificada a presença de elementos

concretos de risco à instrução probatória, provenientes do comportamento adotado pelo agente público no exercício de suas funções".



Rosinha foi afastada pela primeira vez do cargo em 1º de março do ano passado, por suspeita de prática de rachid

ACUSAÇÃO DE "RACHID"

Vereadora é afastada de novo em Linhares

LINHARES

A vereadora da Câmara de Linhares Rosa Ivânia Eusébio dos Santos, a Rosinha Guerreira (PSDC), foi afastada ontem pela Justiça, mais uma vez. A suplente, Pamela Maia (PSDC), tomou posse no fim da tarde de ontem.

A decisão foi do juiz da Vara da Fazenda Pública do município, Thiago Albani Oliveira, que também determinou desconto mensal de 30% do salário. A vereadora passa a receber, em vez de R\$ 6.192, R\$ 4.334,40 por mês. Ela foi afastada pela primeira vez em fevereiro de 2018.

A vereadora é acusada de "rachid", quando o político retém parte dos salários de assessores.

De acordo com a determinação do magistrado, a defesa perdeu o prazo de três dias dado pelo desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), para juntar documentos ao processo.

A vereadora chegou a ser presa em 2018, mas conseguiu na Justi-

ça o retorno à Câmara. Com a perda do prazo para recorrer da decisão, ela foi afastada da função por tempo indeterminado.

Até o final da tarde de ontem, o advogado responsável pela defesa de Rosinha Guerreira, Hélio Maldonado, não havia se manifestado. A assessoria da Câmara informou que o caso é analisado.



ROSINHA terá desconto no salário e foi substituída por Pamela (destaque)



Vereadora de Linhares acusada de rachid é afastada do cargo novamente

A vereadora Rosa Ivania Euzébio dos Santos (PSDC), mais conhecida como Rosinha Guerreira, foi novamente afastada do cargo que ocupava na Câmara de Vereadores de Linhares, no Norte do Estado. A decisão foi proferida na quarta-feira (8) pelo desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**.

Na decisão, o relator entendeu que o pedido de suspensão do afastamento da vereadora não poderia sequer ser admitido, porque a defesa da parlamentar não cumpriu uma das determinações legais para interposição deste tipo de recurso. Assim, a decisão que mantinha a vereadora no cargo foi revogada. Rosinha estava de volta ao cargo desde o dia 18 de janeiro.

O magistrado determinou ainda que seja feito o desconto mensal de 30% do salário da vereadora afastada. O valor deve ser depositado em conta judicial, a título de garantia de ressarcimento aos cofres públicos. O salário dos vereadores de Linhares é de R\$ 6.192,00 brutos.

Questionada, a Câmara de Linhares disse, por meio de nota, que foi comunicada da decisão nesta quinta-feira (9) e tomará as providências para que a decisão judicial seja cumprida.

SUPLENTE

Com o afastamento de Rosinha, a suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC) deve assumir a vaga. Pâmela ficou no cargo durante o primeiro afastamento da vereadora, no período de 12 de março de 2018 até 18 de janeiro de 2019.

A reportagem do Gazeta Online procurou a defesa da vereadora Rosinha Guerreira, mas ainda não obteve retorno.

MEDIDAS CAUTELARES

No dia 17 de abril de 2019, a juíza Patricia Plaisant Duarte alterou algumas medidas cautelares impostas pela Justiça para a liberdade provisória da vereadora Rosa Ivania Euzébio dos Santos. Na decisão, a magistrada ressaltou que para manter a liberdade, Rosinha estava proibida de se ausentar da cidade sem autorização judicial e permanecer em sua residência

no período de 22h às 5h, ficando autorizada a sair apenas para fins de tratamento de saúde.

Entretanto, a defesa da vereadora requereu a revogação das referidas medidas cautelares por entender que são incompatíveis com o regular exercício do cargo ocupado por ela.

A juíza, por sua vez, reforçou que Rosinha Guerreira não está impedida de sair da cidade, podendo deixar o município sempre que necessário, desde que previamente solicite autorização da Justiça e entendeu que não há razão para revogação das medidas.

A magistrada alterou apenas a medida que trata sobre o recolhimento da parlamentar. Na decisão, a juíza autorizou a saída de Rosinha para fins de trabalho ou tratamento de saúde, no período de recolhimento domiciliar.

ENTENDA O CASO

A vereadora Rosinha Guerreira foi presa preventivamente no dia 26 de fevereiro de 2018, acusada de prática de "rachid", que é quando um político com mandato exige para si parte do pagamento de servidores como condição para a obtenção ou manutenção do trabalho. O mandado de prisão da parlamentar foi cumprido durante a operação "Salário Amigo", deflagrada pelo **Ministério Público do Espírito Santo (MPES)**. Rosinha ficou presa por 5 dias e foi solta após decisão da Justiça.

Em um vídeo, a vereadora Rosinha Guerreira admitiu que praticava rachid e contou aos promotores do **Ministério Público** que ficava com parte dos salários dos próprios servidores e que o objetivo era ajudar pessoas pobres.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/vereadora-de-linhares-acusada-de-rachid-e-afastada-do-cargo-novamente-1014180121.html>

Rosinha Guerreira volta a ser afastada das funções na Câmara de Linhares, ES

Por G1 ES e TV Gazeta

A vereadora Rosinha Guerreira (PSDC) voltou a ser afastada das funções exercidas na Câmara Municipal de Linhares, no Norte do Espírito Santo. Rosinha já havia tido o diploma retido pela Justiça em março de 2018, mas conseguiu efeito suspensório. Nesta quarta-feira (8), contudo, o desembargador Jorge Henrique Valle, do Tribunal de Justiça (**TJES**), determinou o novo afastamento.

A parlamentar chegou a ser presa após ter confessado a prática de 'rachid', que é quando há exigência de parte do salário de um servidor público em troca da manutenção do cargo.

A defesa de Rosinha foi avisada da decisão do novo afastamento da parlamentar e conseguiu revertê-la no **TJES**, mas, depois, não cumpriu com as determinações exigidas pelo procurador Jorge Henrique Valle para a juntada da decisão ao processo original. A atitude fez o procurador confirmar o afastamento por tempo indeterminado.

A Justiça determinou ainda que 30% dos salários da vereadora seja descontado como garantia de um possível ressarcimento aos cofres públicos. Mesmo afastada do cargo, Rosinha continuará recebendo um valor de cerca de R\$ 4.350 por mês.

Procurada, a Câmara de Vereadores de Linhares declarou que vai tomar medidas para que a decisão seja cumprida à rigor. A suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC) foi empossada em cumprimento à decisão judicial.

Rosinha foi presa na operação "Salário Amigo", no dia 26 de fevereiro de 2018. A vereadora chegou a ser levada para o presídio de Colatina e confessou o crime, dizendo que usava o dinheiro para comprar remédios e cestas básicas para eleitores.

Os bens dela foram bloqueados. Depois, acabou solta e durante todo o tempo de afastamento, ela continuou recebendo salário.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/05/09/rosinha-guerreira-volta-a-ser-afastada-das-funcoes-na-camara-de-linhares-es.ghtml>

Justiça volta a afastar vereadora acusada de rachid

Wilton Junior

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

A vereadora Rosa Ivânia Eusébio dos Santos, a Rosinha Guerreira (PSDC), foi afastada novamente pela Justiça e a suplente, Pamela Maia (PSDC), volta a tomar posse na Câmara Municipal de Linhares, na tarde desta quinta-feira (09).

A decisão foi tomada nesta quinta (09), pelo juiz da Vara da Fazenda Pública da comarca do município, Thiago Albani Oliveira, que também determinou o desconto mensal de 30% dos salários da vereadora como forma de possível ressarcimento futuro aos cofres públicos.

Apesar da decisão, a vereadora - que é acusada de prática de rachid, quando o político retém parte dos salários de assessores - continuará a receber 70% do vencimento mensal.

De acordo com a determinação do magistrado, a defesa da parlamentar perdeu o prazo de três dias dado pelo desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do **Tribunal de Justiça do Estado** (TJ-ES) para anexar os documentos ao processo original em Linhares.

A vereadora chegou a ser presa, mas conseguiu na Justiça o retorno à Câmara, porém sofreu novo revés e os advogados da parlamentar perderam o prazo para recorrer da decisão, o que provocou o afastamento da função por tempo indeterminado.

Até o final da tarde, o advogado responsável pela defesa de Rosinha Guerreira, Hélio Maldonado, não havia se manifestado. Já a assessoria de comunicação da Câmara informou que o caso está sendo analisado.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/justica-volta-a-afastar-vereadora-acusada-de-rachid>

Vereadora acusada de rachid é afastada do cargo novamente

Por Redação

A vereadora Rosa Ivania Euzébio dos Santos (PSDC), mais conhecida como Rosinha Guerreira, foi novamente afastada do cargo que ocupava na Câmara de Vereadores de Linhares, no Norte do Estado.

A decisão foi proferida na quarta-feira (8) pelo desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**.

Na decisão, o relator entendeu que o pedido de suspensão do afastamento da vereadora não poderia sequer ser admitido, porque a defesa da parlamentar não cumpriu uma das determinações legais para interposição deste tipo de recurso.

Assim, a decisão que mantinha a vereadora no cargo foi revogada. Rosinha estava de volta ao cargo desde o dia 18 de janeiro.

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/politica-espírito-santo/50982/vereadora-acusada-rachid-afastada-cargo-novamente>

Teto em Vila Velha

O Tribunal de Justiça reconheceu, ontem, a inconstitucionalidade de uma lei de Vila Velha, de 2016, que reduziu o salário do prefeito de R\$ 17,8 mil para R\$ 13,8 mil. A redução impactou diretamente o teto do funcionalismo municipal, o que fez servidores irem à Justiça. Com a decisão, o valor pode voltar ao patamar anterior, para prefeito e servidores bem remunerados.

Falando em salários...

A oposição a Luciano Rezende conseguiu retirar do projeto de 4% aos servidores municipais o item que também aplicaria o percentual a prefeito, vice e secretários. Na Comissão de Justiça, os vereadores Sandro Parrini, Roberto Martins e Mazinho dos Anjos argumentaram que apenas a Câmara poderia propor o reajuste aos gestores. Faltava o plenário aprovar a redação final, antes de o texto ir para a sanção do prefeito.

Foragidos da justiça são presos e adolescente é detido com drogas em Guarapari (Guarapari)

Redação FolhaOnline.es

Seis pessoas com mandados de prisão em aberto foram detidas em várias localidades do município.

Policiais Militares de Guarapari realizaram ontem (10) a prisão de seis pessoas com mandado de prisão em aberto. A primeira abordagem foi no Centro onde foi constatado que o M.V.V.B. de 30 anos possuía dois mandados de prisão em aberto por roubo.

Já na parte da tarde, em Santa Mônica, policiais abordaram J.V.G.S., 19 anos, e verificaram que havia um mandado de busca e apreensão registrado contra ele. No bairro Kubistcheck, durante um patrulhamento, foi avistado um homem em atitude suspeita, após averiguação foi descoberto que J.C.H.G. de 28 anos estava com um mandado de prisão em aberto pela 2ª **Vara Criminal** de Guarapari.

Na Praia do Morro, W.L.S.G. de 29 anos se encontrava em um carro e, após verificação, foi constatado que ele estava com um mandado de prisão em aberto pela 2ª **Vara Criminal** de Castelo. No Centro, L.P. de 24 anos foi abordado e também constava um mandado de prisão em aberto contra ele expedido pela 3ª **Vara Criminal** de Guarapari.

A última detenção aconteceu em São Gabriel, A.O.R.B. de 24 anos tinha contra ele um mandado de prisão em aberto por furto, expedido pela 2ª Vara criminal de Guarapari.

Ainda no dia de ontem, um jovem de 24 anos e uma adolescente de 16 foram abordados no bairro Aeroporto e com eles apreendidos 11 pinos de cocaína e quatro buchas de maconha.

Todos os detidos foram conduzidos à 5ª Delegacia Regional de Guarapari.

Site: <https://www.folhaonline.es/foragidos-da-justica-sao-presos-e-adolescente-e-detido-com-drogas-em-guarapari/>

PMs "fazem a limpa" e tiram vários procurados pela justiça das ruas de Guarapari (Destaque)

Da Redação

Durante essa quinta-feira (09), policiais militares fizeram a limpa nas ruas de Guarapari e detiveram seis pessoas que possuíam mandados de prisão em aberto.

Centro. Por volta das 10h, policiais militares abordaram um homem suspeito no Centro da cidade e ao verificarem os dados do indivíduo no sistema constataram que havia dois mandados de prisão em aberto contra ele por roubo. M.V.V.B. de 30 anos foi conduzido à delegacia.

Santa Mônica. Já por volta das 15h, no bairro Santa Mônica, policiais abordaram J.V.G.S. de 19 anos e verificaram que havia um mandado de busca e apreensão registrado contra ele.

Kubitschek. Às 17h, no bairro Kubitschek, policiais patrulhavam a Rua Olavo Bilac quando avistaram um homem em atitude suspeita. Ao realizarem a abordagem contrataram que J.C.H.G. de 28 anos estava com um mandado de prisão em aberto expedido pela 2ª **Vara Criminal** de Guarapari.

Praia do Morro. Ainda por volta das 17h, no bairro Praia do Morro, policiais militares abordaram W.L.S.G. de 29 anos em um veículo VW Polo Sedan de cor prata, e constataram que ele estava com um mandado de prisão em aberto expedido pela 2ª **Vara Criminal** de Castelo.

Centro. Às 20h, no Centro, quando patrulhavam a avenida Davino Mattos, policiais militares abordaram L.P. de 24 anos e constataram que ele estava com um mandado de prisão em aberto expedido pela 3ª **Vara Criminal** de Guarapari.

São Gabriel. Já nesta madrugada (10), policiais militares abordaram A.O.R.B. de 24 anos no bairro São Gabriel. Contra ele havia um mandado de prisão em aberto por furto, expedido pela 2ª Vara criminal de Guarapari. Todos os detidos foram conduzidos para a delegacia.

Casal. Por volta das 23h de ontem (09), policiais

militares abordaram um jovem de 24 anos e uma adolescente de 16, na Rua José Creoling, bairro Aeroporto. Durante as verificações foram apreendidos com eles 11 pinos de cocaína e 04 buchas de maconha. O casal foi encaminhado à delegacia.

Site: <https://www.portal27.com.br/pms-fazem-a-limpa-e-tiram-varios-procurados-pela-justica-das-ruas-de-guarapari/>

PM detém homem com mandando de prisão em Águia Branca (Polícia)

Militares do 11º Batalhão detiveram um indivíduo na localidade do Assentamento Rosa de Sharon, município de Águia Branca, na tarde da última segunda-feira (06).

Contra H. H. S., de 23 anos, pesava um mandado de prisão por roubo expedido pela 2ª vara criminal da cidade de Serra/ES.

No corrente ano, foram cumpridos 33 mandados de busca e apreensão/prisão em toda a área da Unidade, resultando na detenção de 29 pessoas.

A identidade não foi divulgada pela polícia.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/05/pm-detem-homem-com-mandando-de-prisao-em-aguia-branca.html>

Homem é indenizado após não receber valor solicitado durante saque em caixa eletrônico no ES

Redação Folha Vitória

Uma instituição financeira, uma empresa de tecnologia bancária e um supermercado foram condenados a indenizar um homem que não recebeu o dinheiro solicitado em um caixa eletrônico de São Mateus .

De acordo com informações do site do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), o cliente tentou sacar a quantia de R\$ 1 mil, contudo ao esperar o dinheiro sair da máquina, recebeu apenas R\$ 650.

Após o ocorrido, o homem procurou imediatamente um segurança do estabelecimento comercial, tendo ainda entrado em contato com o serviço de atendimento ao consumidor da instituição financeira, para ser restituído do valor não recebido, contudo não conseguiu resolver o problema.

Em defesa, a instituição financeira informou que o valor não retirado pelo cliente foi estornado. A empresa de tecnologia bancária e o supermercado alegaram que o cliente não comprovou suas afirmações e por isso o pedido não procede.

Segundo o magistrado, o dano sofrido pelo cliente foi comprovado, uma vez que ele tentou resolver a questão com as outras partes mas não foi atendido. Por isso, o pedido foi julgado como parcialmente procedente e o consumidor deve receber o valor de R\$ 3 mil por danos morais.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2019/homem-e-indenizado-apos-nao-receber-valor-solicitado-durante-saque-em-caixa-eletronico-no-es>

TJES - Homem deve receber indenização após caixa eletrônico 24 horas não expedir dinheiro solicitado

O autor afirma que tentou sacar a quantia de R\$1000 em um caixa 24 horas, contudo, após esperar o dinheiro ser expedido, recebeu apenas R\$650.

1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de São Mateus condenou uma instituição financeira, uma empresa de tecnologia bancária e um supermercado a indenizarem um homem que não recebeu dinheiro solicitado em caixa eletrônico. Segundo os autos, o autor tentou sacar a quantia de R\$1000, contudo ao esperar o dinheiro ser expedido da máquina, recebeu apenas R\$650.

Após o ocorrido, o requerente procurou imediatamente um segurança do estabelecimento comercial, tendo ainda entrado em contato com o serviço de atendimento ao consumidor da 1º ré, instituição financeira, a fim de ser restituído do valor não recebido, contudo não conseguiu resolver o problema.

Em defesa, o 1º requerido informou que com a apuração dos fatos, o valor não retirado pelo beneficiário foi estornado. A empresa de tecnologia bancária, 2º ré, e o supermercado, 3º réu, alegaram que a parte autora não comprovou suas afirmações e por isso a pretensão deve ser entendida como improcedente.

O magistrado observou que o dano sofrido pelo autor restou demonstrado nos autos, uma vez que ele tentou resolver a questão com os requeridos, mas não foi atendido. Por esse motivo, o pedido ajuizado foi julgado como parcialmente procedente, devendo as partes requeridas do processo indenizarem a título de reparação moral o autor em R\$3000, sendo que tal valor deve ser pago solidariamente pelas partes.

Processo nº 0005489-19.2016.8.08.0047

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=444255

Norte do ES: homem que não recebeu valor solicitado no caixa eletrônico será indenizado

Uma instituição financeira, uma empresa de tecnologia bancária e um supermercado foram condenados a indenizar um homem que não recebeu o dinheiro solicitado em um caixa eletrônico de São Mateus.

De acordo com informações do site do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), o cliente tentou sacar a quantia de R\$ 1 mil, contudo ao esperar o dinheiro sair da máquina, recebeu apenas R\$ 650.

Após o ocorrido, o homem procurou imediatamente um segurança do estabelecimento comercial, tendo ainda entrado em contato com o serviço de atendimento ao consumidor da instituição financeira, para ser restituído do valor não recebido, contudo não conseguiu resolver o problema.

Em defesa, a instituição financeira informou que o valor não retirado pelo cliente foi estornado. A empresa de tecnologia bancária e o supermercado alegaram que o cliente não comprovou suas afirmações e por isso o pedido não procede.

Segundo o magistrado, o dano sofrido pelo cliente foi comprovado, uma vez que ele tentou resolver a questão com as outras partes mas não foi atendido. Por isso, o pedido foi julgado como parcialmente procedente e o consumidor deve receber o valor de R\$ 3 mil por danos morais.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/05/norte-do-es-homem-que-nao-recebeu-valor-solicitado-no-caixa-eletronico-sera-indenizado.html>

ES: cliente continua recebendo faturas após cancelamento de plano e ganha indenização na justiça

Uma empresa de telefonia foi condenada a indenizar um cliente por cobrança indevida. O juiz da 6ª Vara Cível de Vila Velha condenou a empresa de telefonia a declarar inexistentes os débitos cobrados, a restituir em dobro o que o consumidor pagou indevidamente e ao pagamento de R\$ 3 mil por danos morais.

Segundo informações do site do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), o consumidor conta que no mês seguinte ao cancelamento da conta, recebeu uma cobrança no valor de R\$ 16,32 e efetuou o pagamento. Porém, nos meses posteriores à cobrança indevida, começaram a ser efetuadas novas faturas, mesmo sem nova contratação do serviço. O cliente afirmou que pagou a nova fatura por conta da preocupação da possível negativação de seu nome.

Diante disso, tentou solucionar o problema com a empresa, que garantiu a solução da questão, porém as contas continuaram a chegar no nome dele. Por conta disso, ele acionou a Justiça a fim de ser indenizado.

A empresa apresentou contestação e alegou não haver elementos adequados nas acusações. Contudo, a defesa não juntou provas que confirmasse essa posição no processo.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/05/es-cliente-continua-recebendo-faturas-apos-cancelamento-de-plano-e-ganha-indenizacao-na-justica.html>

Cliente continua recebendo faturas após cancelamento e é indenizado em mais de R\$ 3 mil

Redação Folha Vitória

Uma empresa de telefonia foi condenada a indenizar um cliente por cobrança indevida. O juiz da 6ª Vara Cível de Vila Velha condenou a empresa de telefonia a declarar inexistentes os débitos cobrados, a restituir em dobro o que o consumidor pagou indevidamente e ao pagamento de R\$ 3 mil por danos morais.

Segundo informações do site do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), o consumidor conta que no mês seguinte ao cancelamento da conta, recebeu uma cobrança no valor de R\$ 16,32 e efetuou o pagamento. Porém, nos meses posteriores à cobrança indevida, começaram a ser efetuadas novas faturas, mesmo sem nova contratação do serviço. O cliente afirmou que pagou a nova fatura por conta da preocupação da possível negativação de seu nome.

Diante disso, tentou solucionar o problema com a empresa, que garantiu a solução da questão, porém as contas continuaram a chegar no nome dele. Por conta disso, ele acionou a Justiça a fim de ser indenizado.

A empresa apresentou contestação e alegou não haver elementos adequados nas acusações. Contudo, a defesa não juntou provas que confirmasse essa posição no processo.

Site:

<https://novo.folhavitória.com.br/geral/noticia/05/2019/cliente-continua-recebendo-faturas-apos-cancelamento-e-e-indenizado-em-mais-de-r-3-mil>

Cliente continua recebendo faturas após cancelamento e é indenizado em mais de R\$ 3 mil (Última Hora)

A empresa apresentou contestação mas não conseguiu reunir provas para confirmar o posicionamento

Uma empresa de telefonia foi condenada a indenizar um cliente por cobrança indevida. O juiz da 6ª Vara Cível de Vila Velha condenou a empresa de telefonia a declarar inexistentes os débitos cobrados, a restituir em dobro o que o consumidor pagou indevidamente e ao pagamento de R\$ 3 mil por danos morais.

Segundo informações do site do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), o consumidor conta que no mês seguinte ao cancelamento da conta, recebeu uma cobrança no valor de R\$ 16,32 e efetuou o pagamento. Porém, nos meses posteriores à cobrança indevida, começaram a ser efetuadas novas faturas, mesmo sem nova contratação do serviço. O cliente afirmou que pagou a nova fatura por conta da preocupação da possível negativação de seu nome.

Diante disso, tentou solucionar o problema com a empresa, que garantiu a solução da questão, porém as contas continuaram a chegar no nome dele. Por conta disso, ele acionou a Justiça a fim de ser indenizado.

A empresa apresentou contestação e alegou não haver elementos adequados nas acusações. Contudo, a defesa não juntou provas que confirmasse essa posição no processo.

Site: <http://www.reporternet.com.br/cliente-continua-recebendo-faturas-apos-cancelamento-e-e-indenizado-em-mais-de-r-3-mil/>

TJES - Empresa de telefonia deve indenizar cliente que cancelou linha telefônica mas recebeu faturas

O magistrado condenou a empresa de telefonia a declarar inexistentes os débitos cobrados, a restituir em dobro o que foi pago pelo autor indevidamente e, ainda, ao pagamento de R\$3000 por danos morais.

O autor sustenta que no mês seguinte ao cancelamento da conta, recebeu uma cobrança no valor de R\$16,32, vindo a realizar o pagamento. Contudo, nos meses posteriores à cobrança indevida, começaram a ser efetuadas novas faturas, mesmo sem nova contratação do serviço. Preocupado com possível negativação de seu nome, o requerente afirmou que pagou nova fatura no valor de R\$35,31.

Diante disso, tentou solucionar o problema com a parte ré, que garantiu a solução da questão, porém as contas continuaram a chegar no nome do autor. Por tais circunstâncias, ele acionou a justiça a fim de ser indenizado material e moralmente.

Foi apresentada contestação da empresa requerida, que alegou não haver elementos idôneos nas afirmações defendidas pela parte requerente. Apesar da defesa, a ré não juntou provas que confirmassem seu posicionamento no processo.

O juiz da 6ª Vara Cível de Vila Velha analisou a existência de relação de consumo entre as partes, devendo o caso ser baseado no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil.

O magistrado identificou que o autor comprovou o cancelamento da conta, bem como as cobranças indevidas em seu nome. Por isso, restou confirmada culpa da requerida em cobrar por serviços não contratados. No caso em julgamento, trata-se de cobrança de valores posterior ao cancelamento da linha do autor. Dessa forma, resta evidente que as faturas recebidas pelo autor, no qual foram pagas, os quais são objeto de mérito da presente demanda, decorrem de serviços não contratados, ou seja, serviços que já foram cancelados, conforme prova documental arrolada aos autos, concluiu.

Quanto ao pedido de dano moral, o julgador entendeu que merece acolhimento, uma vez que o autor da ação passou por uma situação de constrangimento e

desgaste decorrentes da falha na prestação de serviço.

Em sua decisão, o magistrado condenou a empresa de telefonia a declarar inexistentes os débitos cobrados, a restituir em dobro o que o autor pagou indevidamente e ao pagamento de R\$3000 a título de danos morais.

Processo nº 0029062-25.2016.8.08.0035

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=444254

Projeto estimula adoção tardia e realiza sonhos de adolescentes e adotantes

Em vigor desde 2017, a lei 13.509/17 criou regras para agilizar o processo de adoção no Brasil. Entre suas previsões, a norma reduziu o prazo para conclusão do processo de adoção.

Outro ponto da norma concede preferência na fila de adoção a pessoas que desejam adotar criança ou adolescente com deficiência, doença crônica ou necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos.

Apesar da nova legislação, milhares de adotantes e de crianças e adolescentes ainda aguardam pela conclusão do procedimento. E para aqueles que esperam para ser adotados, com o passar dos anos, as chances de ser acolhido em um novo lar vão diminuindo.

Isso porque, segundo dados do **CNJ**, a maior parte dos adotantes deseja acolher crianças com menos de oito anos de idade, deixando pré-adolescentes e adolescentes de até 17 anos à espera de um procedimento que, muitas vezes, pode vir a não acontecer. Por isso, iniciativas visam facilitar o procedimento de adoção a menores em idade mais avançada.

É o caso do projeto "Esperando por Você", lançado em maio de 2017 pelo **TJES**. A iniciativa busca estimular a adoção de crianças e adolescentes que vivem há tempos em instituições de acolhimento do Estado.

Segundo o Tribunal, o programa é voltado especificamente para crianças mais velhas, grupos de irmãos e aquelas que possuem alguma deficiência ou condição especial de saúde. Os candidatos só participam depois que todas as buscas nos cadastros nacional e internacional de adoção já tiverem se esgotado.

A campanha é feita da seguinte forma: os candidatos à adoção gravam um vídeo no qual se expressam de diversas formas, seja jogando bola, cantando, ou falando sobre seus sonhos. Os vídeos são disponibilizados no canal do YouTube do **TJES**. Clique aqui para acessar o canal.

Desde que o Esperando por Você foi lançado, participaram da iniciativa 31 crianças e adolescentes, dos quais sete - todos com mais de 12 anos - já estão

vivendo com novas famílias. Desses, uma estava prestes a completar a maioridade, dois são irmãos e três possuem condições especiais de saúde.

Segundo o **TJES**, em outubro de 2018, pelo menos 100 crianças e adolescentes estavam disponíveis para adoção em todo o Estado. Ao mesmo tempo, 924 pretendentes se encontravam habilitados a adotar.

Para a assistente social da Ceja - **Comissão Estadual Judiciária de Adoção**, Luciana Lacerda, o projeto conseguiu desmistificar a imagem das crianças que fazem parte desses perfis, que até então, eram preteridos pelos integrantes da lista de adoção.

"A partir do momento em que as crianças e adolescentes se expressam nos vídeos, seja jogando bola, cantando ou falando sobre seus desejos, as pessoas passam a enxergá-las de outra forma. Com empatia. Sem aquele velho estereótipo da criança acolhida, triste e sem planos para o futuro."

A psicóloga Dianne Wruck, também integrante da comissão, destaca que, além de apresentar a alteração no perfil dos candidatos à adoção, a proposta também demonstra a mudança no perfil dos pretendentes.

"O último processo concluído através da campanha Esperando por você, foi a adoção de uma adolescente de 17 anos por um casal homoafetivo. Também temos um pretendente solteiro em fase de aproximação com um grupo de irmãos. Ou seja, temos novas configurações de famílias postulantes", afirma.

A inspiração do projeto Esperando por Você surgiu de iniciativas semelhantes em âmbito internacional, em países como EUA, Rússia e Bielorrússia. No Brasil, a inspiração veio do TJ/PE, que em 2015, em parceria com um time de futebol, lançou a campanha "Adote um Pequeno Torcedor". A iniciativa, que também estimula a adoção tardia, promoveu o acolhimento de pelo menos 15 crianças por novas famílias.

Histórias

Uma das histórias que podem ser contadas graças à iniciativa do **TJES** é a de Camili. A adolescente, que tem uma leve deficiência, foi adotada aos 12 anos por um casal de Uberlândia. Os pais decidiram adotar a

menina após vê-la em um vídeo na internet.

Outra história emocionante decorrente do projeto é a de Caio. O menino foi adotado aos 14 anos por um casal, na região da Grande Vitória/ES. O procedimento também se deu depois que o casal viu o jovem em um vídeo da campanha.

Como participar

Entre os requisitos para que o pretendente seja considerado habilitado, estão: ter no mínimo 18 anos de idade e ser pelo menos 16 anos mais velho que o adotando. Pode ser solteiro, divorciado, casado ou estar em união estável, já que, segundo o **TJ/ES**, o estado civil e a orientação sexual não são relevantes para o processo de adoção.

Para se habilitar, o pretendente deve procurar a vara da Infância e da Juventude da cidade onde vive e participar dos cursos preparatórios, que abordam questões sócio jurídicas, psicológicas e motivacionais. Em seguida, passar por acompanhamento psicossocial, entrevistas e visitas domiciliares, que irão subsidiar a decisão do juiz para o deferimento ou não da habilitação.

Conheça mais sobre a iniciativa, clique aqui .

*Com informações da assessoria do **TJ/ES**.

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI302001,7104>

3-

Projeto+estimula+adocao+tardia+e+realiza+sonhos+de+adolescentes+e

Regras devem ampliar uso de tornozeleiras no Estado

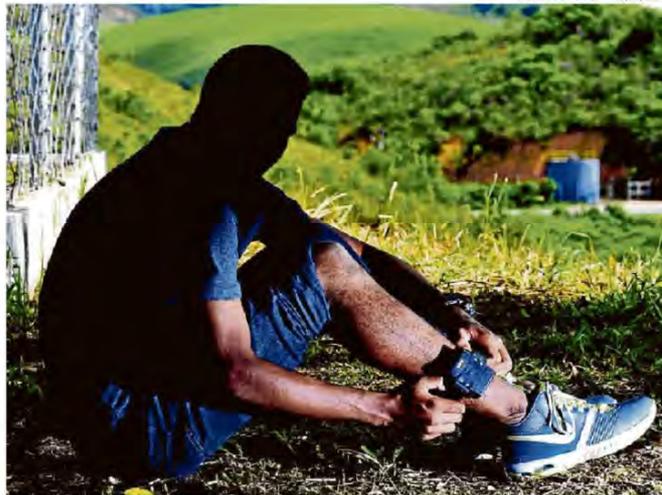
O objetivo da Sejus é utilizar três mil tornozeleiras eletrônicas até 2022

RAQUEL LOPES
rllopes@redgazeta.com.br

A força-tarefa criada para discutir e buscar soluções para a superlotação carcerária no Estado tem trazido seus primeiros resultados. Um projeto piloto na Vara de Execuções Penais de Vila Velha já utiliza um perfil com os critérios para as pessoas que podem utilizar a tornozeleira eletrônica, com o objetivo de ampliar o uso. São presos em regime semiaberto que trabalham fora do presídio há quatro meses e com prazo de deixar a prisão em até um ano.

Os equipamentos também poderão ser usados em pessoas que se enquadram na Lei Maria da Penha e até por quem passar por audiência de custódia como uma alternativa à prisão preventiva, dependendo do crime e do perfil. Segundo o secretário de Estado da Justiça (Sejus), Luiz Carlos Cruz, essas regras estão sendo discutidas pela comissão formada pelo governo do Estado, Defensoria, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e Tribunal de Justiça (TJES) criada em janeiro deste ano.

A intenção principal é



MARCELO PREST - 09/01/2019

Hoje existem mil tornozeleiras eletrônicas no Estado. Número pode ser ampliado

ampliar o número de pessoas que utilizam a tornozeleira no Estado e reduzir a população carcerária, que atualmente está em torno de 23.600 pessoas, como antecipou ontem a coluna Leonel Ximenes.

"A determinação para a colocação de tornozeleiras eletrônicas é feita pelo juiz criminal ou da Vara de Execuções Penais. Na comissão formada, buscamos alternativas para ampliar o monitoramento eletrônico, passamos para a Justiça uma lista com os presos que

seriam elegíveis para o monitoramento, eles são de baixa periculosidade e têm benefícios de trabalho externo", acrescenta.

PROJETO PILOTO

O projeto piloto que

23,6 MIL

É a quantidade de presos existentes no sistema carcerário capixaba

acontece na Vara de Execuções Penais de Vila Velha determinou o uso de 100 tornozeleiras eletrônicas em abril. As pessoas que têm esse aparato serão observadas por 90 dias. No entanto, o secretário aponta que outros juizes podem determinar o uso desse aparato antes desse prazo de avaliação.

O objetivo da Sejus é utilizar 3 mil tornozeleiras eletrônicas em internos do sistema prisional até 2022, último ano do atual governo. Atualmente, com o início desse projeto piloto são 250

pessoas que utilizam a tornozeleira.

Há mil tornozeleiras no Estado. Esse número pode ser ampliado para 1.250. Lembrando que o monitoramento de cada tornozeleira custa R\$ 157. "Isso é mais barato que o custo do preso no sistema, em média R\$ 3 mil", acrescenta.

Cruz destacou que o serviço antigamente era prestado por uma empresa sem a devida competência e que havia dificuldade de saber a localização dos presos. "A empresa não tinha experiência e era um material não confiável. Foi uma experiência fracassada e suspensa", pontua.

Segundo o presidente da Associação dos magistrados do Espírito Santo (Amages) e juiz titular da 8ª Vara Criminal de Vila Velha, Daniel Peçanha Moreira, a tornozeleira é vista com bons olhos. "A tornozeleira é um instrumento necessário e positivo. Em algumas medidas, ela aparece como um método de controle. Pode ser fiscalizado se a pessoa permanece no lugar determinado, no caso de uma prisão domiciliar, e até monitorar para que ela não se aproxime de algum ponto, no caso de uma medida protetiva. Todas as medidas são válidas, a associação apoia as decisões tomadas pelos juizes".

ENTENDA

PERFIL

► **Tornozeleira**
Poderão utilizar tornozeleira eletrônica presos em regime semiaberto que estejam trabalhando fora do presídio há quatro meses e tem prazo de deixar a prisão em até um ano, pessoas que se enquadram na Lei Maria da Penha. Ela também poderá ser usada por pessoas que passem pela audiência de custódia como uma alternativa da prisão preventiva, dependendo do crime e perfil.

COMISSÃO

► **Início em janeiro de 2019**

A força-tarefa criada para reduzir a superlotação em presídios é formada pelo governo do Estado, Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e Tribunal de Justiça (TJES).

OBJETIVO

► **Até 2022**

A Sejus quer utilizar 3 mil tornozeleiras eletrônicas em internos do sistema prisional até 2022, último ano do atual governo. Atualmente, com o início desse projeto piloto são 250 pessoas que utilizam a tornozeleira. Há 1000 tornozeleiras no Estado, esse valor pode ser ampliado para 1250.

Mãe e filha dividem a importante missão de atuar no sistema prisional capixaba (Geral)

Redacao São Mateus News

12:15 h

Há 12 anos, Elizangela Santos de Oliveira atua no sistema prisional capixaba. A profissional, que trabalhava em um escritório de contabilidade, mudou sua carreira em 2007, quando começou a trabalhar no Presídio de Segurança Máxima II.

Desde então, foi aprovada em processo seletivo como inspetora penitenciária no regime de designação temporária e, em 2012, em concurso público para o cargo em no regime efetivo. Nesse período, atuou em diversas funções e unidades.

O sistema penitenciário se tornou uma grande inspiração para a família dessa profissional. Quando ela ingressou nesse meio, sua filha, Chelsea Genevieve de Oliveira Moraes, tinha apenas 13 anos. Cresceu vendo a mãe se realizar profissionalmente e fazendo parte das mudanças do sistema prisional.

A paixão pela profissão passou de mãe para filha. Chelsea, hoje, também é inspetora penitenciária. Aprovada no concurso público de 2012, desde 2015 atua na mesma unidade que sua mãe começou a carreira.

A admiração com o Sistema Penitenciário fez Elizangela cursar uma graduação em Direito, seguida de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal. A filha seguiu o mesmo caminho. Elizangela relata que sua maior motivação é fazer parte de um sistema penitenciário que não está só preocupado com a guarda e custódia de pessoas presas, mas também com a ressocialização.

"O Estado está investindo cada vez mais em programas de reinserção social, oportunizando à pessoa presa uma chance de começar de novo, mas em um novo caminho. A minha crença na recuperação do ser humano me faz acreditar que tudo isso é possível. Por isso, incentivei a minha filha a ser Inspetora Penitenciária", destaca a inspetora-mãe.

Inspiração passada de mãe para filha

Chelsea confirma que a mãe foi sua grande inspiração na escolha profissional. "Pela minha mãe, eu vi que o

sistema penitenciário não é o ambiente hostil e aterrorizante que muitos pensam. O sistema penitenciário capixaba é conhecido nacionalmente como um exemplo de gestão na guarda e custódia de pessoas presas e por seus servidores qualificados e competentes no exercício de suas funções", disse.

Mãe e filha integram o quadro de profissionais que atuam diariamente em uma das 35 unidades prisionais no Espírito Santo, que são coordenadas pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). A pasta tem a missão de aplicar a Lei de Execução Penal de forma humanizada, garantindo a segurança do Estado e de todos os envolvidos no ambiente prisional, proporcionando à pessoa privada de liberdade, condições dignas de reintegração social.

Esta notícia já foi lida 23 vezes

Site: <https://saomateusnews.com.br/geral/mae-e-filha-dividem-a-importante-missao-de-atuar-no-sistema-prisional-capixaba/>

Justiça libera 1.019 presos no ES para o Dia das Mães

Por Redação

O Dia das Mães será comemorado neste domingo (12) e, como acontece todos os anos, presos que cumprem pena em regime semiaberto terão direito à saída temporária, desta vez entre os dias 8 e 15 de maio.

De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), 1.019 detentos deixarão por uma semana os sistemas prisionais do Espírito Santo.

A secretaria frisou que o benefício, que se dá através de uma autorização judicial, está previsto na Lei de Execução Penal e funciona como uma preparação e adaptação ao retorno do convívio em sociedade, uma vez que os internos do regime semiaberto estão próximos de voltar à liberdade.

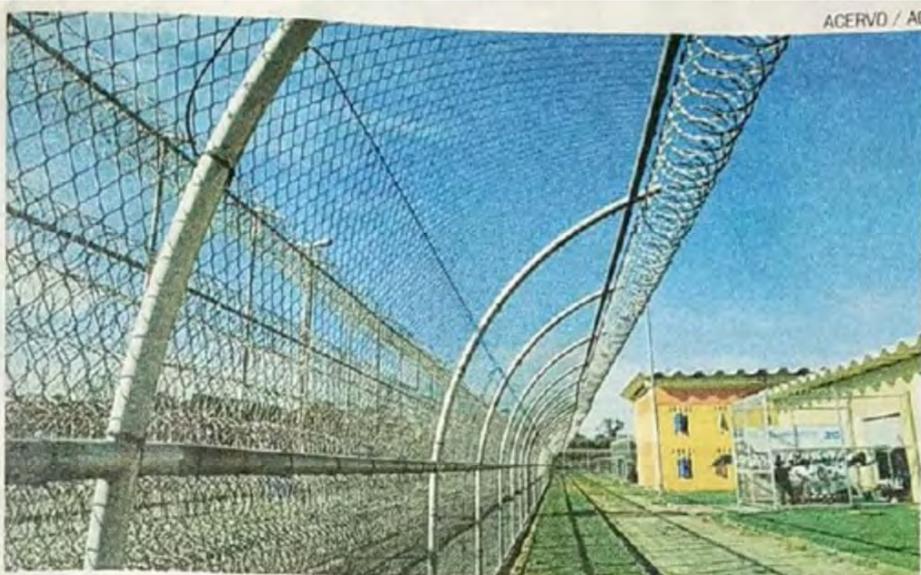
A Sejus informou, ainda, que, para obter o benefício, o detento precisa apresentar bom comportamento e cumprir algumas determinações, tais como: voltar para o presídio no dia e horário combinados, não cometer nenhum ato ilícito, não frequentar locais como bares, bailes e festas.

Aqueles que não se apresentarem às unidades no período determinado, passam a ser considerados foragidos da Justiça e, caso sejam recapturados, podem perder o direito à progressão de regime, voltando a cumprir a pena em regime fechado.

Fonte: Secretaria de Estado da Justiça do ES

Site:

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/51003/justica-libera-1-019-presos-no-es-o-dia-das-maes>



Presídio no Estado: presos com bom comportamento vão passar o Dia das Mães em casa

Justiça libera 1.019 detentos

SAIDINHA Benefício vai ser concedido por uma semana

O Dia das Mães será comemorado neste domingo e, como acontece todos os anos, presos que cumprem pena em regime semiaberto terão direito a saída temporária, desta vez entre os dias 8 e 15 de maio. De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), 1.019 detentos deixarão por uma semana os sistemas prisionais do Espírito Santo.

A secretaria frisou que o benefício, que se dá através de uma autorização judicial, está previsto na Lei de Execução Penal e funciona como uma preparação e adaptação ao retorno do convívio em sociedade, uma vez que os internos do regime semiaberto estão próximos de voltar à liberdade.

A Sejus informou, ainda, que, para obter o benefício, o detento precisa apresentar bom comportamento e cumprir algumas determinações, tais como: voltar para o presídio no dia e horário combinados, não cometer nenhum ato ilícito, não frequentar locais como bares, bailes e festas.

Aqueles que não se apresentarem às unidades no período determinado, passam a ser considerados foragidos da Justiça e, caso sejam recapturados, podem perder o direito à progressão de regime, voltando a cumprir a pena em regime fechado.

MATOU OS PAIS

A detenta Suzane Von Richthofen, condenada a 39 anos de prisão pelo as-

sassinato dos pais, recuperou o direito de sair da prisão no Dia Das Mães.

Ela tinha sido punida com a perda de três saídas temporárias após ser flagrada em uma festa de casamento em 22 de dezembro de 2018.

Com a revisão da sentença, ela deixou o sistema prisional na quarta-feira para ficar na casa de familiares por uma semana. O Ministério Público informou que deve entrar com um recurso para reaver a decisão.

Suzane cumpre pena em regime semiaberto na Penitenciária Feminina de Tremembé. Ela está presa desde 2002 pela morte dos pais, Manfred e Marisia Von Richthofen. Suzane deve retornar à prisão somente no dia 14 de maio.

Privatizar gestão dos presídios aumentará violação a presos, dizem entidades

Por Fernanda Valente

A privatização de presídios em São Paulo vai precarizar o trabalho daqueles que são contratados para prestação dos serviços internos e aumentará a insegurança e violação de direitos às pessoas presas. É o que afirma nota técnica divulgada nesta quinta-feira (9/5) por diversas entidades contra privatização dos presídios paulistas.

Anunciada em janeiro deste ano pelo governador João Doria, a privatização dos presídios deve valer para os novos prédios construídos no estado com parcerias público-privadas (PPPs).

O projeto não foi bem recebido pela **OAB** de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), o Núcleo Especializado de Situação Carcerária da **Defensoria Pública** de São Paulo e outras 13 associações, que veem na medida uma visão econômica neoliberal, onde prepondera o lucro do mercado e não a satisfação de direitos e garantias fundamentais .

O que os casos relatados demonstram é que a híbrida relação entre interesses econômicos e atuação do Estado, a partir do aprisionamento de pessoas, resulta numa inevitável falta de transparência, corrupção e lucros fundada na restrição da vida e liberdade dos corpos previamente selecionados para compor o sistema prisional , dizem as entidades.

Citando dados recente sobre a população carcerária do país e o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, as entidades mostram que em outros estados, onde já houve a privatização, o argumento foi o de diminuir custos e ressocializar a pessoa presa. Na contramão, o governo paulista não apresentou justificativa para o processo de terceirização do controle das prisões.

Segundo as entidades, a gestão da unidade prisional não é delegável à iniciativa privada, pois faz parte do poder de polícia estatal.

Acerca das divisões, o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, coronel Nivaldo Restivo, afirmou em entrevista à ConJur, que a ideia inicial é que o Estado seja responsável pela proteção da muralha e qualquer movimentação externa ao

perímetro de contenção , já as questões de acomodação, mantimentos de higiene e saúde sejam delegados para a iniciativa privada.

Vigilância

As entidades afirmam ainda que a privatização vai levar aos presídios um modelo de terceirização do trabalho, desde os serviços de faxina e manutenção até a segurança.

De acordo com a nota, a substituição de agentes prisionais estatais concursados por trabalhadores terceirizados é prejudicial porque o treinamento oferecido é insuficiente e defasado. Enquanto os agentes do estado recebem 400 horas de treinamento, os funcionários da empresa Reviver recebem apenas 96 horas, e os da empresa INAP recebem 80 horas de treinamento , exemplificam.

Clique aqui para ler a íntegra do documento.

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-mai-10/entidades-criticam-privatizacao-gestao-presidios-sp>

Uma mulher, que gostaria de reconhecer sua mãe socioafetiva e alterar o registro civil incluindo o nome dela, teve o pedido acolhido pela juíza de Direito Christiana Motta Gomes, da 1ª vara de Família e Sucessões de Contagem/MG.

Ela havia sido criada desde a infância pela família adotiva após ter sido abandonada ainda bebê pela mãe biológica e entregue à mãe afetiva. Segundo ela, a mãe afetiva, falecida em 2010, era a única figura materna que ela teve.

Assim, ajuizou uma ação contra sete irmãos afetivos e herdeiros e contra a mãe biológica, alegando que ela nunca havia reivindicado sua guarda.

Alguns dos filhos tiveram resistência, alegando que eles não a viam como irmã, que não existia relação mãe-filha e que ela não poderia exigir ser declarada filha se baseado em laços socioafetivos. No entanto, dois irmãos concordaram com o pedido da autora da ação.

Em sua decisão, a juíza declarou que não havia comprovação da falta de laços afetivos entre a mãe afetiva e filha, pelo contrário:

"E a questão de amor e pertencimento, aqui, não é de índole subjetiva, mas objetiva: se educação, criação, assistências e tudo mais o foram dados, é porque amor houve.

Na ocasião a juíza também ressaltou que o fato dos outros filhos não a reconhecerem como irmã não suprime o direito da autora:

Não é pelo sentimento deles que se tece a premissa da relação jurídica de socioafetividade. Essa premissa envolve apenas dois indivíduos, única e exclusivamente, e é uma via de mão dupla. Ainda que outros filhos estejam em relação orbitária em torno dessa relação, são estranhos à relação mãe-filha, pois cada um constrói sua relação individual com a mesma mãe.

Com esse entendimento, a magistrada declarou a filiação da mulher em relação à mãe afetiva e concedeu a retificação do documento civil para que fosse incluído o nome da mãe afetiva ao lado do nome da mãe biológica.

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI301980,3104>

7-

Multiparentalidade+Da+origem+biologica+aos+lacos+de+afeto

Ação civil quer garantir atendimento para crianças com estrabismo no Estado

A Defensoria Pública do Espírito Santo ingressou com a ação após apurar que a rede estadual de saúde não conta com prestador público especializado para executar consulta oftalmológica em estrabismo.

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo ingressou com uma ação civil pública em face do Estado para que crianças e adolescentes com estrabismo consigam atendimento. A Instituição apurou que a rede pública de saúde estadual não conta com prestador público especializado para executar consulta oftalmológica em estrabismo, fato que tem prejudicado crianças em todo Estado.

Na ação, a Instituição pede que, em até 90 dias, o Estado garanta o atendimento, seja na rede pública ou privada, de todas as crianças e adolescentes cadastradas no Sistema Nacional de Regulação (Sisreg). Para as crianças ainda não cadastradas, o pedido é para que a espera não seja superior a 30 dias.

Adriel Augusto Paulo Chaves é pai de um menino de 4 anos portador de estrabismo, ele relata que descobriu o distúrbio

quando a criança ainda era bebê e a partir de então ficou três anos esperando tratamento. "A maior dificuldade foi encontrar tratamento, fomos aos hospitais da rede pública e falavam que não tinha médicos especializados. Foi somente com ajuda da Defensoria Pública que conseguimos marcar consultas com profissionais", conta.

Segundo Jamille Soares, defensora pública do Núcleo da Infância e Juventude, a Instituição tem sido acionada constantemente por pais de crianças com o distúrbio que não conseguem consulta na rede pública de saúde. A defensora conta que o caso de 11 crianças, entre as quais o filho de Adriel, chegou ao seu conhecimento, mas o quantitativo das que precisam de atendimento especializado é maior. Há crianças que esperam há quatro anos por atendimento.

Em contato com os defensores públicos que

atuam nas Varas de Infância e Juventude e Fazenda Pública do Estado, foi possível constatar que não se trata de demanda isolada, sendo recorrente o ajuizamento de demandas indi-

viduais para a garantia do tratamento oftalmológico especializado", afirma Jamille.

Antes de ingressar com a ação, a Defensoria Pública tentou a solução extra-

judicial do conflito junto à Secretaria Estadual de Saúde, mas em virtude da falta de resposta satisfatória do poder público, a Instituição decidiu judicializar a questão.

Estrabismo

O estrabismo é sério um distúrbio ocular que consiste no desalinhamento de um ou dois olhos, o que altera a forma com a qual a pessoa enxerga. A visão de uma pessoa estrábica aponta para direções diferentes, ou seja, os olhos não conseguem focar na mesma direção. Caso não seja tratado, o estrabismo pode causar redução ou até mesmo a perda permanente da visão.

O tratamento para o estrabismo deve ser feito por um médico oftalmologista e inclui medidas terapêuticas como exercícios, lentes de contato e tampões oculares para que a visão seja corrigida. Dependendo do caso, pode ser necessária uma cirurgia. O estrabismo inicia-se nos primeiros meses de vida ou no início da infância e afeta cerca de 3% das crianças. Sem tratamento, cerca de 50% das crianças com estrabismo podem perder a visão na idade adulta.



DIVULGAÇÃO

O estrabismo inicia-se nos primeiros meses de vida ou no início da infância e afeta cerca de 3% das crianças. Sem tratamento, cerca de 50% das crianças com estrabismo podem perder a visão na idade adulta.

| APÓS DECRETO PRESIDENCIAL |

BUSCA POR PORTE DE ARMA CRESCE NO ESTADO

Despachante que tinha seis pedidos por semana já teve 100 contatos

▲ NATALIA BOURGUIGNON
▲ ELIS CARVALHO
▲ ISAC RIBEIRO

Poucas horas após a publicação do decreto presidencial, na última quarta-feira, que expande a relação de categorias com direito a requerer o porte de armas no país – contemplando políticos, advogados, conselheiros tutelares e outras 17 categorias – o telefone dos despachantes começou a tocar e não parou mais. Só naquele dia, quando o documento saiu no Diário Oficial da União, um despachante do ramo, de Vila Velha, que costuma receber seis pedidos de registro por semana, foi contatado por mais de 100 pessoas.

Esses profissionais ajudam nos trâmites para conseguir o porte (andar armado na rua). “Fiquei surpreso com a grande procura, não esperava. Acordei com mais de 100 mensagens não lidas, tudo de gente querendo informação sobre o porte de armas. Normalmente, são cerca de seis por semana pedindo informação. Não consegui responder até agora (ontem), só atendi aqueles que me ligaram”, conta Marlos Borges, instrutor de armamento de tiro e despachante de armas de fogo na Protection Treinamentos e Serviços, de Vila Velha.

Antes do decreto, ele fechava negócio com, no máximo, uma pessoa por semana para o porte de arma. Na quarta, fechou 28 negociações com interessados no registro de porte de armas.

Além de facilitar o porte para alguns profissionais, o decreto traz uma série de mudanças sobre o direito ao porte e munições (veja mais nas páginas 4 e 5).

CRIMINALIDADE

Borges completa que a maioria dos interessados afirma que quer o porte



Atirador em clube de tiro: 20 categorias profissionais tiveram porte facilitado após decreto presidencial

porque a criminalidade tem crescido nos últimos tempos. Eles acreditam que armados estarão mais protegidos.

“Depois que me procurem, informo todos os documentos exigidos pela Polícia Federal. Além da documentação, a pessoa precisa fazer curso de tiro, exames psicológicos, e fico responsável por marcar tudo isso. Depois pego os documentos, monto o processo para dar entrada na PF e acompanho até o fim. Isso leva cerca de 90 dias. Quem já tem o direito da posse encontra mais facilidade porque já possui a arma registrada. Para mim, essa decisão (o decreto) foi positiva”, acredita.

O despachante Rubens Pereira Lemes também conta que a procura por porte de arma aumentou desde a

“A procura por informação em relação ao novo decreto aumentou 100%. Por dia, estou recebendo 80 ligações de pessoas querendo detalhes”

RUBENS PEREIRA LEMES
DESPACHANTE

divulgação do texto do novo decreto. Em atuação desde 2009, Rubens atende em todo o Espírito Santo. Segundo ele, a maior parte dos pedidos está concentrada nos municípios do Norte e Noroeste do Estado como Píneiros, Boa Esperança, Rio

Bananal e Pancas.

“A procura por informação em relação ao novo decreto aumentou 100%. Muitos querem ter arma em casa, mas tem dúvida de como proceder. Por dia, estou recebendo 80 ligações de pessoas querendo detalhes. A procura por porte já cresceu 40%. Já os pedidos de posse aumentaram desde o primeiro decreto presidencial sobre isso, publicado no início do ano”, informa.

Quem também não sai mais do telefone é o despachante de armas Eduardo Aguiar. “Não estou dando conta de atender todo mundo. No mesmo dia foram 50 ligações, sem contar as inúmeras mensagens de WhatsApp”, relata.

Eduardo lembra que, antes do decreto, atendia uma ou, no máximo, duas

pessoas por semana.

Ele reforça que muita gente entra em contato em busca de orientação sobre o procedimento para requerer o porte. “Muitos querem pedir mas não tem conhecimento da documentação necessária”, diz.

Por conta da alta demanda, Eduardo tem alertado aos futuros clientes que, nesse primeiro momento, por conta da demanda alta, será necessário ter paciência. “Os órgãos ainda terão que se adequar. Explico que não é simplesmente sair o decreto em um dia e a pessoa pega o porte no outro”, diz.

Para ele, é possível que o tempo de espera para obter a documentação, que hoje é de poucos meses, possa aumentar consideravelmente, por conta da grande demanda repentina.

Advogados são os que mais procuram

▲ Caminhoneiros e produtores rurais são as profissões que mais procuraram os serviços dos despachantes de armas ouvidos pela reportagem. Mas os advogados encabeçam a lista. Segundo Marlos Borges, instrutor de armamento de tiro e despachante de armas de fogo na Protection Treinamentos e Serviços, de Vila Velha, em apenas um dia, conseguiu fechar 28 contratos para prestar serviço e auxílio à obtenção do porte para 28 advogados.

Um outro profissional, Eduardo Aguiar, afirma que, além dos advogados, também tem sido muito procurado por caminhoneiros.

“Antes, meus clientes eram principalmente empresários e médicos. Como foram autorizadas essas outras profissões agora, novas portas se abriam”, diz. A maior parte dos clientes dele são homens e moradores da Grande Vitória.

Marlos acredita que a demanda já existia. “São pessoas que já tinham interesse no porte, mas não tinham direito, como vigilantes, advogados e trabalhadores rurais. Alguns já tinham o registro de posse (autorização para ter arma em casa) e agora querem o de porte.”

“Alguns que têm procurado já tinham o registro de posse e agora querem o porte”

MARLOS BORGES
DESPACHANTE E INSTRUTOR DE TIRO

| APÓS DECRETO PRESIDENCIAL |



CARLOS ALBERTO SILVA - 14/06/2018



MARCOS FERNANDEZ - 15/06/2015



ACERVO PESSOAL



ACERVO PESSOAL

Brenno Andrade, Fábio Pedroto, João Francisco Filho e Fabricio Dutra acreditam que mudanças na facilitação do porte de arma podem influenciar nos índices de violência

DELEGADOS TEMEM AUMENTO DA VIOLÊNCIA

Há transferência da responsabilidade da segurança para cidadão, dizem

ISAAC RIBEIRO
iribeiro@redgazeta.com.br

O decreto que trata sobre o direito ao porte de armas (andar armado na rua) e munição para mais de 20 categorias pode transferir para o cidadão a responsabilidade de resolver problemas da Segurança Pública no Brasil. É o que acredita um grupo de delegados da Polícia Civil do Espírito Santo.

Segundo eles, o decreto anunciado na terça-feira pelo presidente Jair Bolsonaro e publicado no Diário Oficial da União na quarta-feira pode provocar o aumento da violência urbana. Para o mestre em Segu-

rança Pública, delegado Fábio Pedroto, deveria haver mais investimentos em políticas públicas de aparelhamento das polícias e combate ao tráfico de armas.

“Considero esse decreto um equívoco. Terceirizar a Segurança Pública para cidadãos comuns não é o melhor caminho. Precisamos de uma polícia ainda mais treinada e aparelhada que possa cada vez mais fazer frente à criminalidade. Acredito que essa medida ainda vai sofrer alguma análise de constitucionalidade”, analisa.

O delegado Brenno Andrade defende a posse de

arma, que permite que o cidadão use o equipamento em casa, mas não acredita que o porte seja a solução. “O uso da arma na rua é uma grande responsabilidade e não garante que haverá redução da criminalidade. Esse é um problema que não envolve só a segurança, mas também a educação e cultura do povo”, destaca.

O delegado João Francisco Filho acredita que o novo decreto pode influenciar no aumento dos índices de violência urbana, principalmente, nos casos praticados por armas de fogo. Ele defende a definição de critérios sociais e psico-

“

Considero esse decreto um equívoco. Terceirizar a Segurança Pública para cidadãos não é o melhor caminho”

—
FÁBIO PEDROTO
Mestre em Segurança Pública e delegado

lógicos rigorosos para obtenção do direito ao porte de arma.

“Se esse decreto for implementado de maneira abrangente, sem critérios rigorosos, pode ocasionar no aumento da violência e da criminalidade. Outro fator é que, com mais armas nas ruas, elas poderão ser objeto de furto e roubo também. Então, de forma transversal, poderão chegar às mãos de criminosos”, pontua.

O delegado Fabricio Dutra defende que, antes de ampliar o acesso do cidadão às armas, o governo deve traçar estratégias para impedir o tráfico de armas pelas fronteiras e de-

finir políticas públicas que impeçam que bandidos tenham acesso a armamento de uso restrito, como pistolas e fuzis.

“Meu posicionamento é contra. O Estado Brasileiro deve restringir ainda mais o acesso a armas e deve fazer seu dever de casa: reprimir a entrada de arma de fogo ilegal pelas fronteiras e depois pensar numa modificação da legislação atual. É preciso urgentemente tirar as armas de guerra das mãos de criminosos. Uma sociedade pacífica não precisa de armas a não ser órgãos de defesa do estado: policiais e as Forças Armadas.”

PONTO A PONTO DO DECRETO

ARMAS PERMITIDAS

► **Como era:** um decreto do ano 2000 classificava como restritos vários tipos de armas, inclusive as usadas pelas Forças Armadas do Brasil.

► **Como fica:** na lista de armas permitidas entram algumas que antes eram de uso restrito, como a pistola 9 mm – que só podia ser usada por Exército, Polícia Federal, e Polícia Rodoviária Federal – e o

revólver calibre .40 e também .45, comumente utilizado por policiais civis e militares.

MUNIÇÃO

► **Como era:** era permitida, por ano, a compra de até 50 cartuchos de cada calibre autorizado no registro.

► **Como fica:** o limite foi fixado em mil unidades para armas de uso restrito, e 5 mil para armas de uso permitido.

POSSE

► **Como era:** o proprietário só podia manter a arma no interior da residência ou no local de trabalho.

► **Como fica:** é permitida a posse em toda a propriedade, inclusive em grandes terrenos de áreas rurais, e não só dentro de casa.

VALIDADE DO PORTE

► **Como era:** a validade, que já tinha sido de três

anos, estava fixada em cinco anos.

► **Como fica:** o prazo de validade do Certificado de Registro de Arma de Fogo passa para 10 anos. Assim, os documentos relativos à posse e ao porte terão o mesmo prazo de validade.

MILITARES

► **Como era:** o porte era concedido mediante solicitação e deveria ser

aprovado por um comandante. Praças inativos deveriam comprovar efetiva necessidade, aptidão e ter conduta ilibada.

► **Como fica:** ficou garantido o porte de arma aos militares inativos com mais de dez anos de serviço. Para quem faz parte das Forças Armadas, policiais civis e militares o registro de armas terá prazo

indeterminado.

IMPORTAÇÃO

► **Como era:** a importação de armas era restrita caso existisse similar fabricada no Brasil

► **Como fica:** armas de fabricação estrangeiras poderão ser adquiridas. A medida começa a valer em 30 dias.

REGISTRO POR PESSOA

► **Como era:** Os interessados em portar

| APÓS DECRETO PRESIDENCIAL |

MAIA: ESTUDO APONTOU INCONSTITUCIONALIDADES

Presidente da Câmara negocia com o governo mudanças no texto

◀ O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse ontem que o decreto de armas assinado pelo presidente Jair Bolsonaro tem "algumas inconstitucionalidades" que poderão ser sustentadas pelo Legislativo. Segundo o porta-voz do presidente Jair Bolsonaro, Otávio Régio Barros, a área jurídica do Palácio do Planalto fez uma análise prévia do decreto e entendeu que é constitucional.

O decreto de Bolsonaro, publicado na última quarta-feira, altera as normas sobre o direito ao porte de armas e munições, que é a autorização para transportar arma fora de casa. O texto também facilita o porte de arma para um conjunto de profissões (veja lista no ponto a ponto do decreto abaixo).

Assim que o decreto foi editado, Maia encomendou uma análise aos técnicos da Câmara para avaliar se o texto fere algum princípio constitucional.

O presidente da Câmara explicou que está em contato com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para negociar esses pontos a fim de evitar que o decreto seja derrubado



RENATO COSTA/AGÊNCIA ESTADO

Maia: se não houver um entendimento com o Planalto, votação irá a plenário

pelo plenário.

"Nós já encontramos – ainda não terminamos, porque é muito grande – algumas inconstitucionalidades, e eu tenho conversado com o ministro Onyx", declarou Maia.

Segundo ele, a intenção é dialogar com o governo para demonstrar que houve invasão da competência do Legislativo ou votar projetos que suspendam o decreto.

"Sem dúvida nenhuma, aquilo que for inconstitucional do decreto de armas ou vamos dialogar com o governo – que é o que queremos, para que ele possa compreender que entrou nas atribuições do Congresso Nacional –, ou vou ter que votar um dos oito ou nove projetos de decreto legislativo (que sustam o decreto do Executivo)", disse Maia.

No final da tarde de

ontem, o porta-voz de Jair Bolsonaro, Otávio Régio Barros, afirmou que o Planalto fez uma análise prévia da constitucionalidade do decreto e que por isso o presidente editou o texto.

"O direito não é uma ciência exata. A existência de entendimentos diferentes é natural", afirmou Régio Barros.

O presidente da Câmara afirmou ainda que a questão sobre as armas

tem mobilizado a sociedade e a análise do decreto estará no foco da Câmara.

AUMENTO

Segundo informações de O Globo, o decreto pode aumentar de forma exponencial o número de pessoas autorizadas a carregar uma arma no Brasil.

Dados apresentados pelo jornal mostram que, atualmente, há somente 36,7 mil portes de armas válidos no país, segundo dados do fim de 2018. A amplitude do decreto pode levar esse número a vários milhões, uma vez que somente o total de moradores de áreas rurais com mais de 25 anos, por exemplo, é de 18,6 milhões.

Esta é a maior entre as 20 categorias que, com o decreto, não precisarão mais comprovar a efetiva necessidade de carregar uma arma para obter o porte. Estão na lista, entre outros, colecionadores e caçadores (255 mil, segundo o Exército), políticos eleitos (65,1 mil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral) e caminhoneiros autônomos (900 mil, segundo entidade da classe). (Com agências)

Senadores capixabas contra a flexibilização

◀ Deputados e senadores se articulam para tentar derrubar o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro que flexibiliza o porte armas. Os senadores Fabiano Contarato (Rede-ES) e Randolfé Rodrigues (Rede-AP) apresentaram projeto de decreto legislativo (PDL) para suspender o decreto presidencial. Os parlamentares também acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o texto. A ação questiona a legalidade da medida e terá relatoria da ministra Rosa Weber.

PSOL e PT já apresentaram projetos que pedem a revogação integral da medida. Os deputados evangélicos, porém, não querem apoiar as iniciativas da esquerda, e sim apresentar projeto próprio.

Um líder partidário ouvido pelo blog da jornalista Andréia Sadi, do G1, afirmou que se o governo não aceitar reduzir o texto, será derrotado – ou com a derrubada do decreto no plenário ou pelo STF.

armas precisavam tirar um registro de porte para cada arma que possuía.

▶ **Como fica:** o porte passa a ser vinculado à pessoa, que pode utilizar o mesmo documento para diversas armas.

ACESSO DE MENORES

▶ **Como era:** menores de 18 anos só podiam praticar tiro desportivo com autorização da Justiça.

▶ **Como fica:** menores de 18 anos podem praticar tiro desportivo com autorização prévia de um dos seus responsáveis legais.

PROFISSÕES

▶ **Como era:** a autorização para o porte de armas só era dada a categorias como as Forças Armadas, Guarda Municipal, polícias Civil, Militar e Federal, guarda prisional, Agência Brasileira de

Inteligência, Gabinete de Segurança institucional da Presidência, auditor-fiscal e analista tributário, grupos de servidores do poder judiciário; parte desse grupo pode transportar a arma mesmo sem estar em horário de serviço.

▶ **Como fica:** ficam autorizadas a transportar armas fora de casa as seguintes categorias:

Instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal
Colecionador ou caçador Agente público, inclusive inativo, da área de segurança pública, da Agência Brasileira de Inteligência, da administração penitenciária, do sistema socioeducativo, desde que lotado nas unidades de internação, que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou de

correição em caráter permanente, ou que pertença aos órgãos policiais das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
Detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando no exercício do mandato Advogado Oficial de Justiça Dono de

estabelecimento que comercialize armas de fogo ou de escolas de tiro ou dirigente de clubes de tiro Residente em área rural Profissional da imprensa que atue na cobertura policial Conselheiro tutelar Agente de trânsito Motoristas de empresas e transportadores autônomos de cargas Funcionários de empresas de segurança privada e de transporte de valores

REUTERS - 29/11/2017



MOTORISTAS de aplicativo estão liberados para atuar em todas as cidades, após a decisão da maior Corte do País

Negada proibição de aplicativo de carros

Decisão do Supremo determina que as prefeituras não podem proibir o uso de aplicativo de transporte nos municípios

BRASÍLIA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento em que validou aplicativos de transporte individual de passageiros, como Uber, 99 e Cabify. Na sessão ontem, os ministros definiram a tese, que é uma espécie de resumo com o entendimento do Supremo sobre o tema.

O STF estabeleceu que a proibição ou restrição do transporte por motorista cadastrado em aplicativo é “inconstitucional, por violação aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência”.

Além disso, a tese firmada pelos ministros do Supremo também fixou que os municípios e o Distrito

Federal, no exercício de sua competência para regulamentação e fiscalização do transporte privado individual de passageiros, “não podem contrariar os parâmetros” pela União e a Constituição Federal.

A discussão da tese reacendeu na Corte o debate sobre o tema. “Município não pode proibir a utilização do aplicativo”, disse o ministro Marco Aurélio Mello. “Tenho dúvida se os municípios podem regulamentar de alguma forma”, disse Ricardo Lewandowski.

A discussão girou em torno de

ENTENDA

Grande Vitória

As prefeituras de Vitória e Serra possuem regulamentação que permite que motoristas de aplicativos circulem livremente nos municípios.

A prefeitura de Vila Velha avalia a regulamentação. Até ontem, os motoristas poderiam ser multados se flagrados. Já em Cariacica, segue a lei federal e não proíbe a atuação.

um recurso da Câmara Municipal de São Paulo, que acionou o STF contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O TJ-SP declarou inconstitucional uma lei municipal de 2015 que havia proibido o transporte de passageiros nessa modalidade na capital paulista.

A Corte também julgou conjuntamente uma ação do PSL contra lei de Fortaleza que vetava o uso de carros particulares para o transporte de pessoas.

Na quarta-feira, por unanimidade, o STF declarou inconstitucionais leis que proíbem o uso de carros particulares no transporte remunerado de pessoas. Na prática, a decisão libera o uso de aplicativos como Uber, Cabify e 99 em todo o País.

A decisão foi tomada pelos ministros durante a análise da validade de leis de Fortaleza (CE) e de São Paulo (SP) que tentavam restringir os aplicativos.

Os ministros definiram ontem, porém, o limite da atuação dos municípios na regulamentação do tema.

STF valida indulto que beneficia condenados por corrupção

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (**STF**) decidiu ontem, por 7 votos a 4, validar o indulto de Natal concedido em dezembro de 2017 pelo então presidente Michel Temer que estendia o benefício a condenados por corrupção.

Prevaleceu o entendimento de que a concessão do indulto é um ato privado do presidente da República, não cabendo ao Supremo definir ou rever as regras estabelecidas no decreto.

Com a decisão do **STF**, aqueles que cumpriam as condições na época em que o decreto foi editado, como ter cumprido ao menos um quinto da pena, podem requerer o benefício à Justiça.

O decreto não beneficia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pois ele só começou a cumprir a sua pena por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em 2018.

O julgamento havia sido interrompido em novembro do ano passado por pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Luiz Fux. À época, o procurador Deltan Dallagnol - coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba - disse que o indulto de Temer "perdoava 80% da pena dos corruptos, qualquer que fosse o seu tamanho".

Ao editar o decreto, Temer ignorou solicitação da força-tarefa e recomendação do **Ministério Público Federal**, que pediam, entre outros pontos, que os condenados por crimes contra a administração pública - como corrupção - não fossem agraciados pelo indulto.

A Procuradoria-Geral da República (**PGR**), então, entrou com a ação contra o decreto, que estava suspenso parcialmente por decisão do ministro Luís Roberto Barroso.

"O indulto não pode colocar cidadãos acima da lei. O exercício desvirtuado desse poder destrói o sistema de incentivos para observância da lei", disse Fux, ao ler o seu voto e se aliar aos ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

A favor do direito de o presidente da República editar o

decreto como quiser se posicionaram os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli.

Para Lewandowski, o decreto natalino é um ato do presidente da República, definido pela Constituição Federal e "insindicável" (que não pode sofrer análise) por parte do Judiciário.

"Não podemos ingressar no mérito se é bom ou ruim, se foi um absurdo ou não, essa é uma prerrogativa presidencial e temos de nos curvar a essa prerrogativa", disse Lewandowski.

Tensão. O clima esquentou no julgamento quando Barroso questionou se o Supremo iria validar "o indulto coletivo concedido com o cumprimento de 1/5 da pena, independentemente de a pena ser de 4 ou 30 anos, inclusive pelos crimes de peculato, corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa".

Moraes rebateu o colega: "O Supremo Tribunal Federal está reconhecendo a constitucionalidade do presidente da República, independentemente de quem seja, editar um indulto que existe desde o início da República - e não ser substituído por um (ministro) relator do **STF** que fixa condições".

Ao questionar os critérios definidos por Temer no indulto de 2017, o ministro Luiz Fux indagou os colegas: "Então esses absurdos vão valer?". Marco Aurélio respondeu: "Absurdo na ótica de Vossa Excelência".

Diante da polêmica, o então presidente Michel Temer não fez um novo decreto de indulto em 2018. Em fevereiro deste ano, o presidente Jair Bolsonaro decidiu conceder indulto humanitário a presos com doenças graves e terminais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mulheres relatam dificuldade no acesso a ambientes jurídicos por causa de roupa

Recentemente, Migalhas noticiou caso de uma advogada rondoniense que foi impedida de entrar nas dependências do tribunal por causa de suas roupas. Os servidores alegaram que a causídica estava "com tudo pra fora", o que, segundo ela, não era compatível com a realidade, pois estava vestindo calça comprida e uma blusa de altura até o cotovelo.

O episódio ocorrido com a advogada "não é fato isolado", como ela mesma afirmou. Várias mulheres relataram que já tiveram dificuldades em acessar espaços jurídicos por conta da vestimenta.

Uma delas foi a advogada Ednayr, também de Rondônia. No final do ano passado, a causídica relatou que não conseguiu entrar na **Justiça Federal** da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO sob o argumento de que estaria violando as regras indumentárias. "No momento me senti envergonhada, tive a sensação de estar desnuda, todavia eu estava trajada com um TERNO FEMININO", afirmou. Ela relatou que teve de se cobrir por inteira com a gola da peça superior para conseguir entrar.

Outra que passou por uma situação parecida foi a advogada Luciana Araújo Carvalho quando ainda era estagiária, em 1995. Ela conta que ia ao fórum trabalhista de Santos/SP e trajava um vestido longo, praticamente cobrindo os pés, sem mangas e sem decote frontal. Segundo Luciana, "nas costas do modelito havia um pequeno decote, que era o diferencial do vestido, mas não era obsceno e sequer chegava no meio das costas".

A advogada disse que os funcionários não permitiram sua entrada no fórum trajada daquela forma, com esse decote mostrando tudo. Para entrar, ela conta que teve de usar um lenço que cobria as costas.

"O fato é que, passados mais de vinte anos do ocorrido, com tanto avanço tecnológico, social, com todas as histórias que vivenciamos no nosso dia a dia como operadores do Direito, o noticiado pelo rotativo me fez pensar que, infelizmente, nada mudou."

Outra advogada, que preferiu não revelar seu nome, contou que este ano foi impedida de assistir a um julgamento no **STJ** por estar de calça jeans, camisa social e sapatos scarpins.

Saindo dos tribunais, as roupas também podem ser um problema na **OAB**. Ana Paula Zerati relatou ter sido barrada no local quando ia renovar sua carteira profissional: "A funcionária da **OAB** me disse que não poderiam tirar a foto porque pareceria que estava de blaser sem blusa, já que apareceria meu pescoço", contou. Ana disse que a funcionária respondeu que uma advogada deveria sempre manter o colo e o pescoço cobertos, "afinal a profissão exigia recato".

No **CNJ**

Embora os tribunais tenham suas regras sobre as vestimentas, o **CNJ** não dispõe uma norma fechada a respeito do tema. O que há, na verdade, são alguns julgados que envolvem as vestimentas.

Em um deles, o plenário decidiu recomendar aos tribunais que considerem aspectos de cultura local e especificidades regionais na normatização do tema, sobre o qual os tribunais têm autonomia para regulamentar. Por essa razão, houve uma recomendação e não uma resolução.

O fato é que abrir o armário para escolher uma roupa pode ser uma tarefa mais complicada (e mais séria) do que parece. Uma pesquisa revelou que 90% dos juízes concordam que a vestimenta adequada garante respeito.

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI301992,81042->

Mulheres+relatam+dificuldade+no+acesso+a+ambientes+juridicos+por

Multiparentalidade: Da origem biológica aos laços de afeto

As constantes transformações na organização familiar, na sociedade moderna e nas relações fundadas no afeto, demandam um novo olhar sobre a forma de interpretar o Direito de Família e as relações de parentalidade.

Conceito que avança no ordenamento jurídico, a multiparentalidade reflete os novos arranjos familiares. O termo significa o que a justaposição de palavras já anuncia: múltipla paternidade ou maternidade socioafetiva, havendo a possibilidade de mais de um pai ou mãe constarem na certidão de nascimento.

Multiparentalidade

Segundo a advogada Ana Carla Harmatiuk Matos, são vários os fatores que levaram a esse reconhecimento: "filho que ficou órfão de pai, mãe casa novamente e seu novo marido também se torna pai, ficando a criança com o reconhecimento da paternidade de ambos em seu registro de nascimento; procedimento de adoção não finalizado, quando mãe biológica arrependida, busca novamente contato com seu filho e por acordo se reconhece a multiparentalidade. Criança que foi criada por sua madrinha, mas que no dia-a-dia exerceu a função materna e desse modo criou-se o vínculo entre elas, posteriormente reconheceu-se essa realidade de duas mães."

Conforme a advogada, ainda não há uma norma específica que abranja a complexidade do tema, mas é possível que a resolução de questões desta natureza sejam pautadas pelo histórico de decisões, por artigos científicos e livros que se debruçam sobre o tema.

Segundo a causídica, o direito de Família é especialmente sensível às transformações sociais, sujeito a adequações do contexto histórico em que se insere: "as adequações, portanto, são bem-vindas, atentas aos fatos e a realidades afetivas do que é 'sentir-se família'."

Ordenamento jurídico

Em março de 2017, a 3ª turma do **STJ** garantiu a um homem de quase 70 anos o direito de receber herança do pai biológico, mesmo já tendo recebido herança do pai socioafetivo. Isso se deu pelo fato de o homem descobrir, após 60 anos, que seu pai biológico era

outro e não o que constava em seu registro. Ele então pleiteou a alteração em sua certidão para incluí-lo.

À época, o relator do caso, ministro Villas Bôas Cueva, explicou que reconhecer um tipo de filiação não significa a negação da outra:

"Não há mais falar em uma hierarquia que prioriza a paternidade biológica em detrimento da socioafetividade ou vice-versa. Ao revés, tais vínculos podem coexistir com idêntico status jurídico no ordenamento desde que seja do interesse do filho."

Segundo o ministro, o vínculo com um pai registral não é um obstáculo para o direito de buscar a origem genética ou de reconhecimento da paternidade biológica: "Os direitos à ancestralidade, à origem genética e ao afeto são, portanto, compatíveis."

No mesmo sentido, em setembro de 2016, o plenário do **STF** decidiu que a existência de paternidade socioafetiva não exime de responsabilidade o pai biológico. Na ocasião, os ministros negaram provimento ao RE 898.060, com repercussão geral reconhecida (Tema 622), em que um pai biológico recorria contra acórdão que estabeleceu sua paternidade, com efeitos patrimoniais, independentemente do vínculo com o pai socioafetivo.

Assim, por maioria o **STF** optou pela coexistência de vínculos parentais e fixou a seguinte tese:

A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.

O provimento 63/17 do **CNJ** unificou em território nacional o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, entre outras deliberações. A partir dele, foi instituído modelos de certidão de nascimento, de casamento e óbito para dispor sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva.

Maternidade socioafetiva

Caso interessante sobre multiparentalidade aconteceu em Minas Gerais no ano de 2016.

Após impor série de derrotas a Moro e ao governo, Congresso retoma projeto que pune abuso de autoridade

Abriu a porteira Na esteira da série de derrotas impostas ao governo, e em especial ao ministro Sergio Moro (Justiça), nesta quinta (9), dirigentes de partidos articulam submeter a votação, no curto prazo, projeto que pune o abuso de autoridade. A ideia é, com o aval dos presidentes das duas Casas do Congresso, trabalhar texto que está no Senado sob a relatoria de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e incluir na proposta medidas de combate ao crime organizado-esvaziando ainda uma das bandeiras do ex-juiz.

Bumerangue A articulação para reabilitar projeto que trata do abuso de autoridade cresceu nos últimos dias como forma de reagir à imensa pressão das redes e de grupos de WhatsApp contra a retirada do Coaf das mãos de Moro.

Poder da palavra Nesta quinta, o líder de um dos maiores partidos da Câmara contou que recebeu mensagens de mais de 600 números desconhecidos. Uma delas trazia texto que ele interpretou como ameaça. Dizia que, caso votasse pela saída do Coaf da pasta de Moro, o deputado "acabaria PRESO!", com a palavra em caixa alta.

Hydra Ao adiar a votação da medida provisória que reorganiza o organograma do Executivo, Rodrigo Maia (DEM-RJ) expôs a desarticulação do governo. Diego Garcia (PODE-PR), o deputado que levantou a bola para a decisão, agiu por simpatia a Moro e para impedir a saída do Coaf da Justiça, mas com isso derrubou a articulação da Casa Civil.

Hydra 2 O ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), em nome do Planalto, avalizou a votação das mudanças acertadas na comissão especial que analisou a MP, entre elas a migração do Coaf do Ministério da Justiça para o da Economia. Moro, porém, que tem uma bancada de simpatizantes, seguiu brigando pela estrutura.

Hydra 3 A atuação em direções opostas dos integrantes do governo provocou risos na oposição e certa surpresa entre líderes de partidos de centro, que se chocaram com a bateção de cabeça.

Sem freio A ex-diretora de Negócios da Apex Letícia

Catelani disse a aliados que quer ir à Comissão de Relações Exteriores da Câmara descrever o que entendeu como interferências de Santos Cruz (Secretaria de Governo) em sua área.

Despedida Antes de se entregar à Justiça, o ex-presidente Michel Temer almoçou com a família e com ex-auxiliares. Fez questão de mostrar mensagens de juristas que criticaram a decisão do **TRF-2** de reativar sua prisão preventiva.

Despedida 2 Na quarta (8), ao saber do veredito do tribunal, protestou: "Conseguiram acabar com a minha vida".

Atentai Nova rodada de pesquisa da XP Investimentos dá sinais de que a avaliação do governo segue em declínio. O percentual que vê a gestão Bolsonaro como boa ou ótima ficou estável (35%), mas o índice dos que a classificam como ruim ou péssima oscilou quatro pontos, de 26% para 31%, de abril para cá.

Atentai 2 A nota dos integrantes do governo que foram avaliados caiu -inclusive a de Sergio Moro, de 7,3 em janeiro para 6,5. A do presidente recuou de 6,7 para 5,7. Há só uma exceção: Hamilton Mourão. Tinha 5,5 e agora tem 5,6.

Bombeiro Paulo Guedes (Economia) escalou seu secretário-executivo, Marcelo Guarany, para acalmar servidores do IBGE inconformados com o corte de verbas do Censo. Ele dirá que não vai faltar dinheiro e que a pesquisa é estratégica para o país.

Visitas à Folha Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), visitou a Folha nesta quinta (9), onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de André Rebelo, assessor de assuntos estratégicos, Daniela Mendes, assessora de imprensa, e Júnior Ruiz, assessor pessoal.

Sally Lehrman, fundadora e diretora do Trust Project, visitou a Folha nesta quinta (9). Estava acompanhada de Angela Pimenta, coordenadora-executiva do projeto Credibilidade.

TIROTEIO

Moro almeja poderes ilimitados, como na época de juiz da Lava Jato, mas esquece que no meio do caminho tem o Congresso

Do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), sobre o ministro da Justiça ter perdido batalha para manter o Coaf sob o guarda-chuva de sua pasta

Site: <https://painel.blogfolha.uol.com.br/?p=31089>

As mulheres, a violência e a Justiça

Pedro Valls Feu Rosa

Curta, comente e compartilhe!

Fragilidade, o teu nome é mulher! Esta exclamação, saída de Shakespeare, bem simboliza o grau de respeito com o qual as mulheres deveriam ser tratadas. Já não é de hoje, porém, que a realidade é outra, como tristemente constatou Montesquieu ao lamentar que "o desrespeito pelas mulheres tem sido constantemente o sinal mais indicativo da corrupção moral".

É assim que no Brasil, conforme pesquisa da Sociedade de Vitimologia Internacional, 25% das mulheres são vítimas de violência doméstica, e 70% das mulheres assassinadas foram vítimas dos próprios maridos. Em São Paulo, recente pesquisa constatou que uma em cada três mulheres sofre agressões em casa.

Na Suíça, especialistas denunciaram que a violência doméstica é uma ameaça mais séria para a Sociedade do que o crime organizado. Constatou-se, naquele país, que uma a cada cinco mulheres é vítima de abusos físicos ou sexuais pelo menos uma vez na vida.

Na Espanha, conforme li no jornal El Mundo, a violência contra as mulheres tem gerado mais de 50.000 denúncias a cada ano. Nos cinco meses seguintes a uma nova legislação de combate à violência doméstica, nada menos que 8.000 mulheres solicitaram proteção ao **Poder Judiciário**.

No México, segundo o jornal El Imparcial, "a Pesquisa Nacional sobre Violência contra as Mulheres, realizada pela Secretaria de Saúde, registrou que pelo menos 60% das mulheres têm sido vítimas de algum tipo de violência durante suas vidas por parte do marido ou algum outro membro de suas famílias".

Enquanto isso li na BBC News a seguinte notícia: "a violência doméstica é um problema crescente no Reino Unido, com 830 casos registrados a cada dia". Aliás, lá maridos batem nas suas esposas até em comemoração a jogos de futebol: "a violência doméstica cresceu 31% durante a Copa do Mundo, segundo anunciou o Ministério do Interior". Apenas à guisa de curiosidade, divulgou-se que o maior número de agressões aconteceu após um jogo no qual a Inglaterra derrotou o Paraguai.

Na Índia, conforme registrou o jornal The Times of India, "37% das mulheres casadas são vítimas de violência por parte dos maridos". Em Bihar, este vergonhoso índice alcançou 59%! E não se pense estarmos a falar de comunidades interioranas: "estranhamente, 63% dos casos de violência ocorreram em famílias urbanas, e não em comunidades isoladas", anotou o jornal.

No Japão, eis a realidade divulgada pelo sério jornal The Japan Times: "violência doméstica bate recorde. A Polícia registrou 18.236 casos, um aumento de 8% em relação ao ano anterior". Por coincidência, eu havia lido no mesmo jornal a estatística do ano anterior, que já registrava um aumento de 17,2%. Ou seja: um problema dramaticamente crescente.

No Irã, uma mulher chegou a ir aos Tribunais pedindo uma ordem judicial que limitasse o número de surras que levava de seu marido. Ao jornal australiano Sydney Morning Herald ela assim declarou: "sei que meu marido é violento, esta é a natureza dele. Eu só quero que ele me prometa que as surras acontecerão no máximo uma vez por semana, pois já não estou suportando apanhar todos os dias". O marido também foi ouvido pela reportagem: "eu bato nela porque uma esposa deve temer o marido, e desta forma eu a obrigo a me respeitar".

Esta é, sem retoques, a realidade do mundo - a humanidade quer ir a Marte, mas ainda não consegue conviver civilizadamente nem dentro de casa. Talvez Auguste Rodin tivesse razão quando exclamou que "a civilização não é, em suma, senão uma camada de pintura que qualquer chuveiro lava"!

Site: <http://eshoje.com.br/as-mulheres-a-violencia-e-a-justica/>

Termo violência obstétrica deve ser banido ou não? Duas médicas debatem a nova decisão do governo (Celina)

Constança Tatsch

Na internet, mulheres e grupos de mães criticaram a decisão de abolir o uso da expressão Foto: Arte de Lari Arantes

RIO - O Ministério da Saúde decidiu abolir o uso do termo "violência obstétrica", provocando reações do **Ministério Público Federal** (MPF) e de entidades ligadas a saúde e a direitos de mulheres. Segundo o governo, em despacho publicado na última sexta-feira, dia 3, a medida se justifica porque tanto o profissional de saúde quanto os de outras áreas não tem a intencionalidade de prejudicar ou causar dano".

O MPF recomendou ao Ministério da Saúde "que atue contra a violência obstétrica em vez de proibir o uso do termo". O órgão disse, ainda, que se trata de "uma expressão já consagrada em documentos científicos, legais e empregada comumente pela sociedade civil".

Em nota oficial, a Comissão **OAB** Mulher, da **OAB-RJ**, também repudiou a decisão do Ministério da Saúde de abolir o termo:

A **OAB** Mulher se solidariza com as vítimas de violência obstétrica e reitera o repúdio a qualquer ato de violência de gênero, permanecendo em sua missão de promover a conscientização sobre o assunto, além de ações para prevenção e enfrentamento desta dura realidade.

SIGA CELINA NO INSTAGRAM

O coletivo nacional de advogadas Nascer Direito foi mais um que se manifestou contra a decisão de abolir o termo "reconhecido mundialmente".

CELINA propôs a duas médicas obstetras, com visões discordantes, as mesmas seis perguntas sobre violência obstétrica.

Leia abaixo o que cada uma delas tem a dizer sobre o tema.

Célia Regina da Silva é ginecologista e obstetra e primeira vice-presidente do Conselho Regional de

Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj).

O GLOBO: O termo violência obstétrica é reconhecido pela OMS e usado em diversos países. Há, inclusive, legislações baseadas nele como na Argentina. Por que o Brasil vai deixar de usá-lo? Quais os possíveis impactos?

Célia Regina da Silva: O Brasil vai deixar de usar porque, quando se fala em violência obstétrica, isso é muito voltado para a ação do médico obstetra. Na realidade, esse termo é incorreto. Por quê? Quando pensamos na possibilidade da violência obstétrica, eu vejo como uma violência do sistema de saúde atual, em que não há qualidade para atender a mulher da maneira devida, e não algo voltado para o obstetra, que, hoje, dentro do nosso sistema de saúde, sem qualidade de atendimento, muitas vezes sofre tanto quanto a parturiente.

Há uma pressão da classe médica contra o uso do termo violência obstétrica?

Sim. Porque é um mau uso do termo violência obstétrica. Essa atitude que nós tivemos no Ministério da Saúde, e que nós aqui no Cremerj apoiamos, é exatamente tirar a visão de que a violência é do médico obstetra. Ela é, sim, uma violência que a mulher vivencia pelo sistema de saúde inadequado.

A OMS não recomenda procedimentos como Manobra de Kristeller, episiotomia e a obrigação de ficar em posições desconfortáveis durante o trabalho de parto. Isso ainda acontece no Brasil? Por quê?

A OMS não recomenda procedimentos como via de regra, de modo geral, a manobra de Kristeller, episiotomia e ficar em determinadas posições no parto. Porque, realmente, num parto que é o mais natural possível, quanto menos intervenção, melhor. Porém, de tudo o que foi citado, cabe ao obstetra a decisão de utilizar ou não. São manobras que podem ser adotadas, e que constam nos tratados como manobras que podem ajudar a mulher em determinadas situações, mas em caso de exceção. O importante é que a mulher participe passo a passo do seu parto, sabendo tudo que vai ocorrer. Por exemplo,

no caso de uma mulher que está com um período expulsivo difícil, em que há necessidade da utilização de fórceps, a realização da episiotomia é necessária para que a manobra seja feita da melhor maneira, sem danos para a mulher e para o concepto. Essa mulher tem que ser informada de tudo que ela vai passar, se necessário for.

É comum ouvirmos relatos de agressões, xingamentos e ironias durante o parto, como a famosa frase "na hora de fazer estava bom, né?" Há poucas semanas um médico foi filmado dando tapas na gestante. Isso não é violência obstétrica?

Sem comentários. Sem dúvida, isso não é atitude digna de um médico. É um médico que merece as punições necessárias dentro do código de ética profissional.

Muita gente fala sobre o "ponto do marido". Isso existe?

Isso são opiniões de leigos, não existem dados científicos que suportem esse "ponto do marido".

Há relatos de falta de empatia com a gestante e de procedimentos invasivos na saúde particular e pública. Como a mulher deve agir para se proteger? Caso ocorra, a quem pode relatar?

O importante para essa mulher é a questão do pré-natal, seja no posto de saúde, na saúde de família, nos consultórios privados. A relação médico-paciente tem que existir da melhor forma possível, se estabelecendo as orientações e informações muito claras para essa mulher, numa linguagem que ela entenda. A mulher tem que ser protagonista do seu parto, tem que participar passo a passo desse momento muito especial. A questão toda é: não gostou da relação médico-paciente, não a mantenha. Mas, caso aconteça qualquer violação dessa relação, ela tem, sim, que fazer uma denúncia junto ao órgão, que é o Conselho Regional de Medicina, e no hospital onde foi assistida.

Gabriela Andrews é ginecologista e obstetra, integrante da equipe Parto Ecológico, grupo multidisciplinar que presta assistência humanizada ao nascimento.

O GLOBO: O termo violência obstétrica é reconhecido pela OMS e usado em diversos países. Há, inclusive, legislações baseadas nele como na Argentina. Por que o Brasil vai deixar de usá-lo? Quais os possíveis impactos?

Gabriela Andrews: O termo violência obstétrica está consolidado em literatura científica. Não há como

deixar de usá-lo. Abolir o termo dos manuais e protocolos do Ministério da Saúde, infelizmente, não resolverá a questão. A consequência de retirar ou proibir o termo é perpetuar a desinformação. Muitas mulheres que já sofreram esse tipo de violência não são ao menos capazes de identificar que, de fato, foram vítimas de abuso durante a sua assistência. Retirar o termo violência obstétrica é como não reconhecer que o problema existe ou, aparentemente, tentar ocultá-lo.

Há uma pressão da classe médica contra o uso do termo violência obstétrica?

Certamente, sim. Principalmente por parte dos médicos que não são capazes de criar uma boa relação médico-paciente e que não baseiam suas condutas em evidências científicas. Assim, eles se sentem coagidos pelas mulheres que, muitas vezes, questionam condutas médicas obsoletas e ultrapassadas.

A OMS não recomenda procedimentos como Manobra de Kristeller, episiotomia e a obrigação de ficar em posições desconfortáveis durante o trabalho de parto. Isso ainda acontece no Brasil? Por quê?

Atualmente, esses procedimentos são reconhecidamente prejudiciais para as mulheres e para os fetos. Entretanto, foram realizados por muitos anos sem serem questionados. Apenas quando a medicina baseada em evidências classificou essas práticas como não recomendadas é que ficou evidente para os médicos que não deveriam ser adotadas em suas rotinas. Mas muitos médicos que as aprenderam em sua formação se sentem inseguros de abandoná-las e há aqueles que não se atualizam nem sabem que não são mais recomendadas.

É comum ouvirmos relatos de agressões, xingamentos e ironias durante o parto, como a famosa frase "na hora de fazer estava bom, né?" Há poucas semanas um médico foi filmado dando tapas na gestante. Isso não é violência obstétrica?

Sim. É violência obstétrica, violência de gênero e **violência contra a mulher**. Não há como negar que ela existe.

Muita gente fala sobre o "ponto do marido". Isso existe?

Existe. É um ponto excedente, realizado após a sutura do períneo, para que a abertura da vagina da mulher fique estreita. Teoricamente, isso seria feito para satisfazer mais o parceiro no momento da penetração.

Há relatos de falta de empatia com a gestante e de procedimentos invasivos na saúde particular e pública. Como a mulher deve agir para se proteger? Caso ocorra, a quem pode relatar?

A mulher que se percebe vítima de violência obstétrica tem o direito de denunciar na própria unidade de saúde em que foi atendida ou entrar na Justiça.

Site: <https://oglobo.globo.com/celina/termo-violencia-obstetrica-deve-ser-banido-ou-nao-duas-medicas-debatem-nova-decisao-do-governo-23650133>